

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

WAGNER CAETANO ALVES DE OLIVEIRA

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA
O ALCANCE DAS METAS DO MILÊNIO**

**Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade: uma experiência de
mobilização no Brasil.**

**Brasília
2012**

WAGNER CAETANO ALVES DE OLIVEIRA

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA
O ALCANCE DAS METAS DO MILÊNIO**

**Movimento Nacional Pela Cidadania E Solidariedade: uma experiência de
mobilização no Brasil.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Pós-Graduação do Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Tutora: Ana Prestes

Orientador: Prof^a Teresa Cristina Vale

Brasília

2012



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 17 (dezessete) dias do mês de outubro de 2012 (dois mil e doze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada " Participação social como ferramenta para o alcance das metas do milênio: movimento nacional pela cidadania e solidariedade: uma experiência de mobilização no brasil. " após leitura avaliativa da Monografia elaborada por Wagner Caetano Alves De Oliveira .

A Comissão, composta por professor Leonardo Avritzer (UFMG) e Teresa Vale (UFVJM), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2012.

Leonardo Avritzer (UFMG)

Teresa Vale (UFVJM)

Sumário

Introdução.....	5
CAPÍTULO 1 - A BUSCA DO IDEAL DE DEMOCRACIA NO INTERIOR DA TEORIA DEMOCRÁTICA	8
1.1- Evolução dos ideais democráticos.....	8
1.2 - Accountability	10
1.3 - Participação Social para assegurar a democracia.....	13
1.4 - Algumas formas de Participação Social	14
1.5 - Participação social fortalece a cidadania e a solidariedade	17
1.6 - Breve relato dos Movimentos Sociais no Brasil a partir do século XX	21
CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	24
2.1 - Considerações Sobre Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	24
2.2 - O Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	26
2.3 - Prêmio ODM Brasil	31
2.4 - Municipalização dos ODM	34
CAPÍTULO 3 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	41
3.1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio com Participação Social.....	41
3.2 - Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.	44
3.3- SITE.....	51
3.4 - PORTAL ODM	52
3.5 - Observatório de Indicadores de Sustentabilidade Social (ORBIS)	52
3.6 - DEVInfo	54
3.7 - Cursos a Distância	54
3.8- Círculos de Diálogo	55
3.9 - Desafios Pós Rio+20	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
BIBLIOGRAFIA	62

Introdução

A busca pelos ideais de democracia, com ênfase para a necessária articulação entre representação e participação social, tem sido constante ao longo da história da Teoria Democrática, desde a Grécia antiga até os dias atuais. O mundo viveu momentos de profunda divisão política e ideológica e foi cingido em dois lados, o socialismo e o capitalismo. Nesse contexto, o século XX foi marcado por intensas disputas ideológicas em torno da democracia. De um lado, o debate foi centrado na “desejabilidade da democracia” (SANTOS & AVRITZER, SD) e, do outro, nas restrições das formas de participação e da soberania.

A este respeito, o filósofo austríaco Joseph Schumpeter¹, defendia a tese de que o povo é soberano a partir da capacidade de eleger os seus governantes engendrando assim, o chamado “elitismo democrático”. Os países derrotados na II Guerra Mundial tornam-se democráticos, porém, dentro de uma concepção restrita de democracia, ou seja, a democracia que se consolida é a de baixa intensidade, praticada na maioria dos países a partir da onda de democratização do século XX. O jogo democrático fica restrito e a distância entre o representado e o representante amplia-se cada vez mais.

As sociedades capitalistas, sobretudo nos países centrais, consolidaram uma concepção hegemônica de democracia, a chamada democracia liberal, com a qual procuraram estabilizar a tensão provocada entre democracia e capitalismo. (MARRAMÃO, 1995).² O Relatório Trilateral³, que critica o receituário liberal da acumulação permanente de capital em detrimento da redistribuição social possibilitou a criação de grupos sociais excluídos que, logicamente, começaram a cobrar seus direitos.

Nos anos 60 a democracia de baixa intensidade entra em crise. As resistências populares se contrapõem à imposição do elitismo democrático. Surgem novos movimentos, novas lideranças, novos arranjos sociais e as classes populares começam a ganhar voz, principalmente, por meio de movimentos dos direito civis, nos Estados Unidos, e de ambientalistas, na Europa. Isso cria outra noção de cidadania em que o voto por si só não garante a cidadania e nem a participação no sistema político.

1 Joseph Schumpeter, economista e professor de antropologia, defendeu a tese do elitismo democrático, onde o voto é a principal forma de participação.

2 MARRAMÃO, Giácomo. **Poder e Secularização: as categorias do tempo**. São Paulo: UNESP, 1983.

3 RELATÓRIO TRILATERAL – **Uma Análise sobre o sistema democrático de governo**, 1975. Cria a ideia de sobrecarga democrática causada pela inclusão política de grupos sociais anteriormente excluídos e pelas demandas excessivas que faziam à democracia. A comissão trilateral foi formada em 1973 por cidadãos da Europa, Japão e América do Norte para promover uma cooperação mais estreita entre estas três regiões sobre problemas comuns.

A Teoria Democrática passa a caminhar no sentido de que é possível e necessário articular representação com participação e que a democracia de alta intensidade garante processos democráticos mais participativos, e conseqüentemente, mais eficazes. Nesse contexto, a participação social e a democracia participativa no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são os temas escolhidos para serem abordados nesta monografia.

Esta monografia não pretende considerar todas as ações do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade para que o Brasil cumpra as metas, mas procura destacar a importância da atuação do Movimento na mobilização social e na disseminação das Metas do Milênio. Com o mesmo propósito, não se pretende esgotar o tema sobre a importância da sociedade civil e das classes populares na busca para que o Brasil alcance os objetivos pactuados com a Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000. Tem-se o entendimento de que essa participação popular será ampliada a cada dia e que a criatividade do povo brasileiro, com bons projetos e propostas, reforçam a tese de que o Brasil tem grandes chances de conquistar as metas do milênio até 2015. Juntos, governo e sociedade têm revelado que essa união faz a diferença em relação aos ODM. Para melhor organização do proposto aqui, este trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se um breve relato sobre a evolução dos ideais democráticos, os processos de participação social em curso no Brasil - com ênfase na cidadania e solidariedade - e o histórico dos movimentos sociais brasileiros a partir do século XX. O segundo capítulo comenta a origem dos ODM, a evolução das Metas do Milênio no Brasil, o Prêmio ODM Brasil e a Municipalização dos ODM. Já o terceiro capítulo é dedicado ao papel da participação social para o alcance das Metas do Milênio por meio do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que é o principal articulador e mobilizador da sociedade brasileira para o cumprimento das metas. Também visa demonstrar os instrumentos criados pelo Movimento Nacional em prol dos ODM, entre eles, o Portal ODM, o Observatório de Indicadores de Sustentabilidade Social (Orbis), o DevInfo, os Círculos de Diálogo e os Cursos a Distância, além dos desafios após a realização da Conferência Rio+20.

Considerou-se relevante verificar em que medida a mobilização da sociedade civil está articulada para o alcance das Metas do Milênio. O indutor dessa participação é o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, com respaldo na própria Declaração do Milênio, que expressa ser a democracia participativa o ambiente ideal para que as metas sejam alcançadas.

Também foi levado em consideração o fato de o movimento social brasileiro ser vigoroso e de estar organizado em diversas e múltiplas frentes. Nesse contexto, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que não é um movimento social tradicional, apresenta uma experiência inovadora de mobilização e organização da sociedade em seus mais variados setores. Falar sobre o Movimento significa mostrar o ineditismo de sua ação, a forma como o Movimento se organiza, suas estratégias, metodologia e ferramentas para o alcance dos ODM.

A metodologia utilizada nesta monografia, além da leitura de uma vasta bibliografia indicada pelo curso, foi baseada em entrevistas com lideranças do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e dos Núcleos Estaduais/Municipais dos ODM de diversos estados do país. As entrevistas foram padronizadas, com roteiro de perguntas previamente estabelecidos, totalizando 08 questões. As perguntas destinavam-se a perceber o grau de alinhamento político ideológico (compromisso com a causa) das lideranças do movimento, a compreensão do processo organizativo, uso das metodologias de mobilização e de capacitação e também das prioridades estabelecidas pelo movimento no momento atual.

Os critérios utilizados para escolha das lideranças foram: a diversidade regional, gênero, os diferentes setores sociais, que acabaram revelando um alto grau de pluralidade.

A leitura de documentos produzidos pelo Movimento, Pnud e governo federal, também foi uma das ferramentas utilizadas para a produção dos textos. Também foi realizada uma visita à sede do Movimento Nacional, em Curitiba (PR), nos dias 17 e 18 de julho de 2012.

O texto relacionado à Rio+20, teve como base leitura de documentos e anotações a partir da minha participação como membro da delegação oficial do governo brasileiro na Conferência.

1 – CAPÍTULO 1 – A BUSCA DO IDEAL DE DEMOCRACIA NO INTERIOR DA TEORIA DEMOCRÁTICA

1.1- Evolução dos ideais democráticos

A Grécia Antiga foi o berço da democracia, forma de governo que garantiu aos cidadãos atenienses o direito e o dever de participar das assembleias, de votar, e de expressar suas opiniões. No entanto, nem todos podiam usufruir dessa aparente liberdade de participação. A sociedade segregava mulheres, escravos e estrangeiros que não eram considerados cidadãos e não exerciam os mesmos direitos dos chamados cidadãos.

Os ideais democráticos surgem com novos contornos na Idade Média (séc. XVII e XVIII), quando o absolutismo entra em declínio para ceder espaço ao liberalismo. Os pensadores do liberalismo passaram a contestar, entre outros, os direitos dos reis em relação à hereditariedade e à propriedade. O filósofo John Locke (1632-1704)⁴, por exemplo, passou a criticar o direito divino dos reis, mas do outro lado, não questionou a existência do Estado liberal clássico e da propriedade privada.

A partir das ideias Jean-Jacques Rousseau (1717-1778)⁵, começou-se a questionar a representação como forma ideal de governo. Para Rousseau, as sociedades deveriam ser construídas a partir de um contrato social em que as pessoas alienavam seu poder em favor da coletividade. Ele criticava o Estado representativo com a fundamentação da vontade geral, que surge do conflito entre as vontades particulares de todos os cidadãos.

Assim como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral ganha, como já disse, o nome de soberania (ROUSSEAU, 2006).

Em Rousseau a desigualdade humana era o principal problema da organização política e para esse problema ele afirmava como valores fundamentais a igualdade e a liberdade. “Sob os maus governos a igualdade é ilusória e aparente, e não serve senão para manter o pobre na miséria e o rico na usurpação”. (ROUSSEAU, 2006)

4 Jonh Locke, filósofo inglês e ideólogo do liberalismo.

5 Jean Jaques Rousseau filósofo, foi um dos principais pensadores da concepção contratualista, a qual traz implícito que as pessoas abrem mão de certos direitos para um governo ou outra autoridade para obter vantagens da ordem social.

Há sérios problemas para implantar as ideias de Rousseau e, como explica o professor Leonardo Avritzer⁶, “é difícil todo mundo participar de tudo o tempo todo”⁷. Rousseau esbarrava em questões fundamentais: nem sempre o interesse de um indivíduo é igual ao do outro e o que é bom para alguém, pode não ser para a coletividade. Avritzer cita o Brasil como exemplo dessa dificuldade, uma vez que a democracia direta seria impossível de ser implantada em terras brasileiras em função da grande extensão territorial e da alta densidade populacional.

O fim do século XVII e início do século XIX são marcados pela restrição das ideias de soberania. Os economistas Joseph Schumpeter⁸ e Anthony Downs⁹ se posicionaram contra Rousseau ao apoiar um modelo de democracia cujo cerne é a limitação da participação social ao ato de votar. Para eles, o povo só é soberano na capacidade de eleger seus representantes. Isso se denomina “elitismo democrático”, versão pela qual a soberania é unicamente a formação de governos, e, portanto, a democracia é um método de formação desses governos¹⁰.

No conceito de democracia defendido por Rousseau vale apenas o poder de decisão, da escolha por meio do voto. Mas o voto é generalizado e não assegura a avaliação das propostas e nem o resultado das ações governamentais. Ou seja, haveria uma noção de *accountability*¹¹, mas de forma vertical, definida pelo cientista político argentino Guillermo

6 Leonardo Avritzer: Professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais, pós doutorado em ciência política pelo Massachusetts Institute of Technology; autor de **Democracy and the Public Space in Latin America**, Princeton University Press.

7 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Vídeo-aula **As concepções da democracia e sua influência na construção do Estado**. Belo Horizonte, 2010-2012.

8 Joseph Schumpeter, economista e professor de antropologia, para quem o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir através de uma luta competitiva pelos votos do povo. Esta definição, também chamada procedimental considera que além do direito de voto, a seleção dos representantes políticos devem ocorrer através de um processo eleitoral livre, ou seja, competitivo.

9 Anthony Downs, economista, elaborou um modelo teórico para analisar os problemas dos Estados democráticos. A política partidária ocupa lugar central em seu pensamento sobre a democracia. Para Downs, o processo político eleitoral pressupõe a racionalidade dos atores que nele tomam parte: o governo age de modo a maximizar o apoio político para sua reeleição, os partidos políticos buscam os votos e os eleitores devem decidir como votar e como influir diretamente na formação de políticas governamentais. Antony Downs e Joseph Schumpeter defendem a Teoria da Democracia Competitiva.

10 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Vídeo-aula **As concepções da democracia e sua influência na construção do Estado**. Belo Horizonte, 2010-2012.

11 O termo *accountability* nada mais é do que a responsabilização, ou seja, significa que quem desempenha funções em órgãos administrativos ou representativos têm de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. Não se trata, portanto, apenas de prestar contas em termos quantitativos, mas de autoavaliar-se, de mostrar o que se fez e o que não pode ser feito. A *accountability* pode ser vertical e horizontal. Na *accountability* vertical a prestação de contas se dá por meio das eleições e das reivindicações sociais através da liberdade de opinião e de associação, e do acesso às informações. Já a horizontal, conforme define O'Donnell, “envolve a existência de agências estatais que têm autoridade legal e estão realmente dispostas e capacitadas para empreender ações que vão desde o controle rotineiro até sanções legais, ou

O'Donnell, como uma ação entre desiguais, seja sob a forma do mecanismo do voto (controle de baixo para cima) ou sob a forma do controle burocrático (de cima para baixo) (CARNEIRO, 2000). Esse conceito de *accountability vertical* está longe de garantir a participação social nas decisões de governo e na fiscalização das ações governamentais.

Como a noção de *accountability* vem ganhando espaço cada vez maior dentro da Teoria Democrática é necessário abrir um espaço para tratar exclusivamente dessa questão.

1.2 - Accountability

O conceito de soberania popular defendido até então foi questionado por Max Weber¹² (2005). Ele criticou a ideia da soberania restrita à participação e como exercício da vontade geral. O questionamento de Weber deixa claro que os cidadãos perdem o controle sobre o processo de decisão política e econômica, em contraposição ao crescente aumento do controle por parte da burocratização do poder. (AVRITZER, 1999)

Somente na segunda metade do século XX é que ocorrem os primeiros movimentos para a implantação de uma democracia com maior participação social por meio de teóricos como Robert Dahl¹³ que criou o conceito da poliarquia. Ele diz que a democracia é o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre elites. Há nesta concepção uma transição entre o elitismo democrático e a democracia participativa. Só que esse conceito confere à representação política o papel central de ser o elo entre a sociedade e o Estado sem, no entanto, questionar a legitimidade democrática dessa representação.

Nesse contexto, a *accountability* horizontal passa a ser vista como forma de controle ideal ao reunir um conjunto de mecanismos que assegura uma relação entre o representante e o representado, por meio de *checks and balances* e da mútua vigilância entre os três poderes do Estado (CARNEIRO, 2000). Surge a concepção de que o controle do Estado é feito com

inclusive impeachment em relação a atos e/ou omissões de outros agentes ou agências do Estado, que podem em princípio ou presumidamente ser qualificadas como ilícitas”.

¹² Max Weber, historiador, sociólogo e economista político é conhecido pela descrição da burocratização da sociedade, para quem a crescente burocratização da vida humana impõe regras e controle racional.

¹³ Robert Dahl, professor de Ciência Política na Universidade de Yale, Estados Unidos, e cientista político que criou o conceito de poliarquia para se referir ao ordenamento institucional que prevê a formação de governos através de eleições realizadas em contextos competitivos e inclusivos, ainda que não se alcance os ideais mais exigentes de soberania popular frequentemente associados ao conceito de democracia.

mecanismos administrativos e via agências estatais reguladoras. Assim, a *accountability* horizontal é insuficiente para garantir a legitimidade necessária para o exercício da democracia, porque não assegura aos cidadãos acesso a mecanismos de acompanhamento e controle.

Alguns autores identificaram uma terceira via para equilibrar a dicotomia *accountability* vertical X *accountability* horizontal: a *accountability* social. (CARNEIRO, 2000). É o caso de Enrique Peruzzotti e Catalina Smulovitz. Para eles a *accountability* social, compensava essa dicotomia. A *accountability* social vem preencher uma lacuna entre o representante e representado, uma vez que assegura o acesso aos mecanismos de prestação de contas e às informações e garante transparência na gestão pública, de forma que os cidadãos possam avaliar governos e ter ingresso aos mecanismos de sanção. Mesmo assim, ainda fica uma brecha, porque a *accountability* social não leva em consideração o debate político inclusivo sobre a definição das políticas públicas a serem executadas pelos governantes.

Essa brecha seria preenchida pela *accountability* societal, segundo os autores Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz Costa. Para eles a *accountability* societal é o “mecanismo de controle não eleitoral, que emprega ferramentas institucionais e não institucionais (ações legais, participação em instâncias de monitoramento, denúncias na mídia etc.) que se baseia na ação de múltiplas associações de cidadãos, movimentos, ou mídia, objetivando expor erros ou influenciar decisões políticas a serem implementadas pelos órgãos públicos”. (CARNEIRO & COSTA, 2001) ¹⁴.

Vale destacar o papel das novas mídias, que deram provas recentes de sua potencialidade nas ações de mobilização no mundo árabe pela derrubada de ditadores. O movimento, conhecido como Primavera Árabe, foi se espalhando por vários países e derrubando governantes como sopro em castelo de cartas.

O tema da *accountability* relaciona-se, portanto, com a construção de um novo padrão de governabilidade, que envolve a reconstrução do Estado e a consolidação da democracia. A construção de uma nova governabilidade democrática só será possível por meio da participação social. Por meio da *accountability* social, é possível construir mecanismos que contribuem para democratizar as relações entre estado e sociedade e para fortalecer as políticas gerenciais de modernização do setor público (CARNEIRO & COSTA, 2001) ¹⁵

¹⁴ CARNEIRO, C.B.L; COSTA, B.L.D. **Inovação institucional e accountability : o caso dos conselhos setoriais**. VI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires: 5-9 Nov. 2001.

¹⁵ IBID

Ganham fôlego no século XX as discussões dos teóricos da democracia participativa capitaneados por Jürgen Habermas¹⁶, Joshua Cohen¹⁷ e James Bohman¹⁸. Habermas propõe mecanismos de participação por meio da democracia discursiva e deliberativa, além de defender o fortalecimento da sociedade civil e dos processos comunicativos para a revitalização da democracia.

Já Cohen avança nesse conceito e propõe a institucionalização de mecanismos de participação em torno da Poliarquia Diretamente Deliberativa (PDD). Para ele, o Estado deve tomar as decisões junto com a sociedade, por meio da institucionalização de unidades deliberativas locais, que estariam mais próximas dos cidadãos do que o Poder Legislativo, por exemplo. Bohman, por sua vez, defende o diálogo deliberativo como um instrumento para tornar as instituições mais democráticas. Segundo ele, a deliberação se torna pública muito mais pelo diálogo do que pelo discurso. Na prática, ele pretende institucionalizar novas formas de participação, que no caso brasileiro são conhecidas como conferências, conselhos, orçamentos participativos, audiências públicas, mesas de diálogos e outros.

Isso pode ser novamente traduzido por *accountability* societal e ainda que isso seja essencial para uma nova governança democrática, a *accountability* societal encontra desafios para ser efetivamente implementada, entre eles, a articulação com instituições da democracia representativa para evitar uma contraposição desnecessária e o fortalecimento do aparato estatal, com a eficiência e a equidade na provisão de bens e serviços públicos, sob pena de reforçar o poder de grupos mais organizados e com mais recursos e capacidade de vocalização. Um terceiro desafio refere-se ao redesenho do Estado, de forma a torná-lo mais permeável às novas demandas de participação. O quarto desafio é a garantia da produção e da difusão de informações, para que a *accountability* societal tenha êxito (CARNEIRO, 2000).

Outro desafio refere-se à necessidade de superar a “privatização da sociabilidade”, reforçando valores democráticos e republicanos, que motivem os cidadãos a atuarem mais ativamente na vida e nos espaços públicos (CARNEIRO, 2000). Mas, para que a

¹⁶ Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo defende o fim da arbitrariedade e da coerção presentes nas comunidades e propõe uma participação mais ativa e igualitária de todos os cidadãos para se obter mais justiça. Essa forma defendida por Habermas é o agir comunicativo que se reafirma no discurso.

¹⁷ Joshua Cohen, professor da Universidade de Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos. É um dos defensores da democracia deliberativa, onde as leis e as políticas resultam de processos nos quais os cidadãos defendem soluções para problemas comuns, com base no que se consideram razões relevantes que expressam valores democráticos amplamente compartilhados, como justiça, liberdade, oportunidades iguais etc.

¹⁸ James Bohman é professor de filosofia da Universidade de Saint Louis, Estados Unidos, defensor da democracia deliberativa conforme descrito acima.

accountability societal seja efetivada, de fato, é necessária uma sociedade civil organizada e capaz de exercer influência sobre o sistema político e sobre as burocracias públicas, demandando e viabilizando a dimensão associativa da cidadania e da democracia participativa. (CARNEIRO&COSTA, 2000). Com isso, pode-se inferir que a democracia nas sociedades contemporâneas pressupõe a implantação da participação social como um método de governo e como forma de fortalecer e ampliar a relação entre o Estado e a sociedade.

1.3 - Participação Social para assegurar a democracia

A democracia de baixa intensidade foi o modelo praticado na maioria dos países a partir da onda de democratização ocorrida no século XX. Mas, atualmente, o pensamento democrático moderno clama por uma democracia de alta intensidade e, nesse sentido, o debate em torno da participação social e do controle social das políticas públicas no processo de democratização e reforma do Estado vem ganhando força.

Mesmo nos espaços onde a democracia de baixa intensidade é predominante (parlamentos, associativismos comunitários, religiosos e de qualquer outra natureza que se dispõem a representar algum grupo), estão surgindo formas de democracia de alta intensidade que vem aprofundando os antagonismos e exercitando uma nova correlação de forças.

É neste contexto que as resistências se contrapõem às imposições e que novos movimentos, lideranças, arranjos sociais e classes populares imprimem a marca da democracia de alta intensidade, a chamada democracia participativa.

O instituto da participação em si é tão antigo quanto à própria democracia. Ao longo dos séculos, diversas tradições políticas e diferentes conjunturas sociais e históricas moldaram os princípios e formas de atuação, principalmente durante o século XX, em que a democracia assumiu um lugar central no campo político (AVRITZER e SANTOS, 2005). Mesmo assim, nem todo "ativismo" político representa realmente uma luta por direitos. É preciso assegurar um maior poder de organização da sociedade.

Segundo Habermas (2004), a ascensão das organizações da sociedade civil permitiu que a discussão de temas que até então eram tratados na esfera privada passassem a ser discutidos pelo público. Isso ocorreu, principalmente, porque o Estado não teve condições de controlar, por meio de agentes reguladores, problemas estruturais e socioeconômicos, como o desemprego e a fome. Com esse flanco aberto, foram criados espaços para que a sociedade civil se organizasse e ocupasse esses novos canais de participação.

De maneiras distintas, muitos autores têm defendido a democracia participativa. As censuras ao direito de associação e de reunião foram progressivamente derrubadas e essa evolução foi apropriada pelos membros da classe trabalhadora e pelos sindicatos (AVELAR, 2007, pp. 262-263).

O funcionamento adequado da (s) democracia (s) contemporânea (s) supõe – além da operação de um dado conjunto de procedimentos decisórios baseados nos princípios de igualdade política e de soberania popular, e do respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos – a construção permanente e a distribuição equitativa das capacidades requeridas para o exercício efetivo de tais procedimentos e dos direitos inscritos no *status* de cidadão. Para o desenvolvimento dessas capacidades é necessário a interlocução institucionalizada e permanente entre cidadãos, legisladores e líderes de coalizão, por meio de um processo de interação que redunde na transformação da democracia em um contexto decisório contínuo e institucionalizado para o conjunto de participantes. (ANASTASIA, GUIMARÃES e MELO 2009, pp. 31-32).

1.4 - Algumas formas de Participação Social

Um bom expoente dessa forma de democracia participativa é o Fórum Social Mundial, que se tornou no mais forte e representativo movimento dos últimos anos, assegurando a participação de milhares de movimentos e lideranças dos quatro cantos do mundo. Exemplos de democracia de alta intensidade são vistos também no Parlamento brasileiro, em especial em Assembléias Legislativas, por meio das Comissões de Participação Social, que têm mobilizado movimentos e lideranças no acompanhamento de processos legislativos.

Coerente com as discussões em torno de uma forma de governo desejável, o Brasil vem experimentando novas maneiras de ampliação da democracia participativa. Exemplo disso são os chamados “canais de participação”, que estão sendo ampliados e vêm se consolidando nos estados e nos municípios brasileiros.

O Orçamento Participativo é um deles e é praticado em vários municípios, entre eles, Porto Alegre e Belo Horizonte (AVRITZER, 2002). Outro bom exemplo são os Conselhos (Saúde, Educação, Meio Ambiente e Tutelar) espalhados em todos os municípios brasileiros. Estima-se que existe mais de 20 mil Conselhos no Brasil. A expansão no número de conselheiros, hoje maior que o número de vereadores, representa um alargamento importante da participação, além de criar um aprendizado da democracia. “A democracia é tão melhor

praticada, quando ela é de fato exercitada pelos atores sociais”, diz Avritzer¹⁹. A participação regular é o que se pode chamar de cultura cívica ou de civismo, ou seja, o indivíduo é membro de uma sociedade na qual a participação de alta intensidade se articula com o sistema político.

Vale destacar, ainda, outra dimensão da participação social que se dá por meio de Conferências Nacionais, cujas discussões temáticas são sempre precedidas de Conferências Estaduais e Municipais. De 2003 a 2011 foram realizadas 85 conferências, que contaram com a participação de mais de sete milhões de cidadãos (ãs), conforme dados da Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão responsável pela interlocução do governo com os movimentos sociais brasileiros.

Outra forma de participação social colocada em curso no Brasil, apesar do pouco domínio público, são as chamadas mesas de diálogo ou mesas de negociação, que foram responsáveis pela implementação de políticas públicas de grande alcance nacional. Nesse contexto, merece registro as mesas de negociação que trataram do salário mínimo, da agricultura familiar, do setor canavieiro, entre outras.

Os professores Leonardo Avritzer e Boaventura Santos mostram que das diversas formas de participação social que emergiram no Brasil, o Orçamento Participativo adquiriu proeminência particular. Também refletem sobre a importância da Constituição 1988 como um marco fundamental no processo de abertura da participação social e na construção das políticas públicas no país. A Constituição de 1988 estabeleceu, entre outros mecanismos, a constituição de conselhos nos três níveis de governo, com formato híbrido e composição paritária por membros do governo e da sociedade civil na maioria dos casos.

Ainda que a Constituição de 1988 tenha garantido um conjunto de conquistas históricas duramente batalhadas no período da redemocratização, conforme já mencionado, o processo democrático ainda está sendo aperfeiçoado. No entanto, conforme ressalta o professor Avritzer, foi criada no país uma enorme estrutura de participação, como o Orçamento Participativo, Conselhos, Audiências Públicas e Conferências Nacionais, que torna o Brasil um dos países mais participativos do mundo.²⁰

¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Vídeo-aula **As concepções da democracia e sua influência na construção do Estado**. Belo Horizonte, 2010-2012.

²⁰ IBID

Ainda segundo Avritzer, “o crescimento das formas de organização da sociedade civil no Brasil foi um dos elementos mais importantes da democratização do país²¹. De acordo com Avritzer, desde meados dos anos 60, o sentido da democracia tem sido o da ampliação da participação, que vem sendo alargada de formas diferentes.

Os autores reconhecem, ainda, que a partir de 2003, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, houve um incremento no instituto da participação social. Isso pode ser ilustrado por meio dos Conselhos. Alguns existiam antes da Constituição de 1988; cinco foram criados entre 1930 e 1989; a partir de 1988 e na década de 90 outros dez conselhos são implantados. Mas é a partir de 2003, no governo do presidente Lula, que se registra um crescimento significativo, quando 16 novos conselhos foram criados.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolvido por Roberto Pires e Alexandre Vaz, mostra que 51% dos temas na área de proteção e promoção social são discutidos em conselhos setoriais. Já na área da infraestrutura, 19,9% dos temas são debatidos em conselhos; no setor do meio ambiente são 17,1%; e na área do desenvolvimento econômico 2,1% dos temas são tratados por conselheiros²².

O estudo mostra que a área social é a mais porosa à participação social e à interface com conselhos e conferências. Outro aspecto relevante apresentado no estudo do IPEA é o impacto positivo que esta estratégia traz ao desenvolvimento de programas e como a participação social, via conselho, é fundamental na contribuição à gestão dos programas. Também revela que a transparência, a legitimidade, a metodologia, a fiscalização e o controle dos programas e políticas públicas são fortalecidos após debate nos Conselhos.

Hoje, 31 conselhos nacionais atuam na formulação e na avaliação das políticas públicas. Além dos 16 conselhos criados no período de 2003 a 2010, outros 15 existentes foram reformulados. É importante ressaltar que estes 31 conselhos nacionais, mobilizam 1.350 conselheiros titulares em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

A atuação dos Conselhos pode ser resumida na experiência de Arimatéia França, presidente do Conselho de Segurança Alimentar da Paraíba: “O bom uso dos conselhos por parte dos gestores, na maioria dos casos, traz resultados práticos na adoção de políticas, projetos e ações capazes de superar os desafios sociais”. Além das formas de participação social listadas acima, existem outras maneiras de assegurar a participação social na construção

²¹ AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e participação no Brasil democrático - Democracia Participativa experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Editora Cortez, UFMG, 2009.

²² PIRES, Roberto Rocha C. e Alexandre Vaz. **Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais**. Rio de Janeiro, IPEA, março de 2012

das políticas públicas. Um exemplo que será destacado nesta monografia são os seminários nacionais e regionais realizados nas capitais e em alguns municípios para a divulgação da 4ª. Edição do Prêmio ODM Brasil, encontros que reuniram mais de oito mil lideranças. Por trás desse número, está a força de mobilização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que é capaz de sensibilizar atores sociais e mobilizar lideranças por meio de uma crença incontestável: é possível construir um mundo melhor e mais justo por meio da implantação das Metas do Milênio.

1.5 - Participação social fortalece a cidadania e a solidariedade

Uma das consequências imediatas da ampliação da participação social nas sociedades democráticas é o fortalecimento da cidadania e da solidariedade. Etimologicamente a palavra cidadania vem do latim *civitas*, e apesar de o conceito ter se firmado no mundo moderno, as ideias que levam à noção de cidadania estão presentes desde os séculos IV e V, na Grécia Clássica, quando são incorporados os ideais de liberdade.

Carlos Nelson Coutinho, professor do Departamento de Política Social da UFRJ, define o conceito de cidadania como a capacidade conquistada pelos indivíduos de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado²³. Segundo ele, a soberania popular, a democracia e a cidadania, que em última instância dizem a mesma coisa, devem ser sempre pensadas como processos eminentemente históricos e como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. (COUTINHO, 1999, P. 42)

Nesse sentido, fica claro que a cidadania não ocorre para sempre, de uma única vez. A cidadania está relacionada aos acontecimentos históricos, tem que ser conquistada, pressupõe uma busca constante e, sendo assim, a cidadania não é concedida aos indivíduos eternamente. Ao contrário, a cidadania é resultado de uma luta contínua.

Com a mesma visão, a professora Marlise Matos²⁴, diz que a cidadania é multidimensional, complexa e plural e não pode ser concebida como atributo ou condição de

23 COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade**: Rio de Janeiro:UFRJ, 1999.

24 Marlise Matos é Psicóloga (UFMG), Mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ) e Doutora em Sociologia (IUPERJ); Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - NEPEM- UFMG.

sujeitos e sim como um processo e não como um estado, substância ou matéria. Segundo a professora, como há interesses envolvidos e há uma impregnação do senso comum, a cidadania vem sendo apropriada em formatos que desfavorecem a sua compreensão.

Mas assim como o professor Coutinho, Marlise Matos diz que a cidadania não concede direitos, ao contrário, é um processo dinâmico de construção das lutas sociais por direitos, onde são os seres humanos os atores e atrizes que agem politicamente para efetivar suas demandas na forma da consolidação do direito. Para ela, o conceito de cidadania é um construto histórico e social que comporta dimensões politicamente orquestradas e marcadas pelas vicissitudes de uma determinada época e campo de conhecimento.²⁵

Já a professora Elisa Reis, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, define assim a cidadania:

Ser cidadão é ser membro de um corpo mais amplo, é pertencer a alguma unidade. Na verdade, o que estava subjacente a essa ideia de pertencer um todo maior, historicamente, era o pertencimento ao Estado nacional, ambiente natural de concepção moderna de cidadania. Ser cidadão é ser identificado com uma nação particular, ter direitos garantidos pelo Estado correspondente a essa nação. (REIS, 1997).

Para Elisa Reis, até recentemente Marshall²⁶ era o parâmetro fundamental da discussão contemporânea da cidadania, apesar de os seus conceitos serem muito controversos. Marshall defendia que há uma trajetória natural da sociedade que leva à separação entre direitos civis, políticos e sociais, mas essa separação pode levar a equívocos, uma vez que todos os direitos, inclusive os civis e políticos, são sociais.²⁷ Para Marshall, há um terceiro e decisivo nível dos direitos de cidadania, os "direitos sociais".

Coutinho explica que esse nível da cidadania - embora tenha sido reivindicado pelos trabalhadores ao longo de todo o século XIX - só foi assimilado (e mesmo assim parcialmente) como momento do direito positivo em nosso século. Os direitos sociais são os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. (COUTINHO, pag.50).

25 MATOS, Marlise. **Cidadania porque, quando, para quê, e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusivas.** Texto de estudo do curso Democracia Participativa e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: UFMG, 2010/2012.

26 Marshall, T H.- (1893-1981) sociólogo britânico, conhecido pelos seus ensaios, entre os quais se destaca **Cidadania e Classe Social**, proferido em conferência de 1949 e publicado em 1967.

27 REIS, Elisa. **Cidadania: história, teoria e utopia**, p 14. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal (Ifcs-UFRJ).

De qualquer forma, diz a professora Elisa, todos os ideólogos dialogaram com Marshall e sendo assim, a Conferência de 1949 teve uma importância fundamental. Em 1949, durante sua conferência proferida em Cambridge, Marshall cunhou o conceito de direitos sociais associando-o ao desenrolar da conhecida sequência histórica do desenvolvimento dos direitos. Marshall analisou o desenvolvimento da cidadania como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se dotada de todos os três tipos de direitos e esta condição está ligada à classe social.

No Brasil, a discussão da democratização passa pela consolidação da cidadania, que segundo Marlise Matos, é esse o conceito usado hoje para expressar o ideal emancipacionista, ou seja, a noção de cidadania está atrelada à emancipação, ainda que nem todos os brasileiros tenham a mesma ideia de emancipação. Isso, no entanto, no entendimento da professora, não constituiu um problema:

Pelo contrário, acho que a ideia de que cidadania é intercambiável com a consolidação democrática é precisamente a ideia de que ela é o repositório da competição entre interesses divergentes. Não há porque supor que temos que estar sempre referidos a um interesse comum ao bem geral. Na verdade, o bem geral é que todos nós concordemos, aceitemos a ideia de que nossas percepções de ideais emancipacionistas são variáveis. (REIS, 1997)

Mesmo que os ideais emancipacionistas sejam variáveis, é fato que a busca por um mundo melhor e mais justo quase não divide opiniões. Nesse sentido, a plataforma dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) permite que, no Brasil, a participação social seja intensa, colaborativa e libertária. Aliás, não é possível atingir as metas se não houver uma profícua participação da sociedade, e, no caso dos ODM, a sociedade civil, capitaneada pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, mantém acesa a chama da participação.

Nesse contexto, há um alargamento da cidadania, uma vez que os seres humanos são os atores e protagonistas da luta para que o Brasil cumpra as Metas do Milênio. Essa luta, no entanto, não é apenas pela consolidação de direitos sociais. A sociedade civil atua politicamente não apenas por demandas individuais, mas pelo alcance de direitos coletivos, o que garante também outra vertente humanista: a solidariedade.

Ao estudar a sociedade industrial do século XIX, o sociólogo Émile Durkheim chegou à conclusão de que os laços que prenderiam os indivíduos uns aos outros nas mais diferentes

sociedades seriam dados pela solidariedade social, sem a qual não haveria uma vida social²⁸ Durkheim caracterizou esta solidariedade como do tipo mecânica ou orgânica. Segundo ele, numa sociedade de solidariedade mecânica, o indivíduo estaria ligado diretamente à sociedade, sendo que enquanto ser social prevaleceria em seu comportamento aquilo que é mais considerável à consciência coletiva, e não necessariamente seu desejo enquanto indivíduo.

Segundo Durkheim, quanto mais forte a consciência coletiva, maior a intensidade da solidariedade mecânica. Aliás, para o indivíduo, seu desejo e sua vontade são o desejo e a vontade da coletividade do grupo, o que proporciona uma maior coesão e harmonia social.²⁹

Conforme aponta Raymond Aron³⁰ em seu livro “As etapas do pensamento sociológico”, (1987), nesse tipo de solidariedade mecânica de Durkheim, a maior parte da existência do indivíduo é orientada pelos imperativos e proibições sociais que vêm da consciência coletiva.³¹

Ainda segundo Aron, na solidariedade orgânica ocorre um enfraquecimento das reações coletivas contra a violação das proibições e um processo de individualização dos membros dessa sociedade, os quais assumem funções específicas dentro da divisão do trabalho social. Cada pessoa é uma peça de uma grande engrenagem, na qual cada um tem sua função e é esta última que marca seu lugar na sociedade. Não há uma maior valorização daquilo que é coletivo, mas sim do que é individual, do individualismo propriamente dito, valor essencial – como sabemos – para o desenvolvimento do capitalismo.

Durkheim diz no livro "Da divisão do trabalho social", que é necessário estabelecer uma solidariedade orgânica entre os membros desta sociedade seguindo-se o exemplo de um organismo biológico, onde cada órgão tem uma função e depende dos outros para sobreviver. Se cada membro exercer uma função específica na divisão do trabalho da sociedade, ele estará vinculado a ela através de um sistema de direitos e deveres, e também sentirá a necessidade de se manter coeso e solidário aos outros. O importante para Durkheim é que o indivíduo realmente se sinta parte de um todo, que realmente precise da sociedade de forma orgânica, interiorizada e não meramente mecânica.

28 DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2.ed.São Paulo, 1999. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/emile.durkheim>>. Acesso em 19 jul. 2012.

29 Ibid.

30 Raymond Aron, doutor em Filosofia da História, foi professor da Universidade de Colônia, Alemanha.

31 ARON, Raymond. **As etapas do Pensamento Sociológico**, 1987.

1.6 - Breve relato dos Movimentos Sociais no Brasil a partir do século XX ³²

As primeiras manifestações de trabalhadores de caráter reivindicatório surgem no Brasil no início do século XX, mas apenas em meados desse século é que as contestações populares assumem um caráter mais politizado e com maior autonomia em relação ao Estado. É nessa época que as Ligas Camponesas e os movimentos comunitários ligados à Teologia da Libertação ganham espaço, não só no Brasil, mas em vários países latino-americanos³³.

Já nas décadas de 1970-1980, surge o novo sindicalismo, e, na segunda metade do século XX, com as ditaduras militares, pipocam por todo o país dois principais tipos de manifestações de resistência: as organizações clandestinas (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista) e as manifestações civis públicas contra o poder autoritário.

Com o fim da ditadura e a chegada do processo de democratização, a pauta deixa de ser meramente reivindicatória e a luta pela regulamentação e/ou criação de novos direitos (civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais) passa a ser determinante. Neste contexto, o país é marcado pelas grandes mobilizações sociais e articulações de movimentos e organizações da sociedade civil, entre elas a campanha das Diretas-Já e a Assembleia Nacional Constituinte, que acabou aprovando a Constituição de 1988, um marco da democracia brasileira.

No final do século XX, os “movimentos sociais” balizam suas ações de maneiras distintas: de um lado, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais passam a lutar por mais e maiores espaços de participação social e institucional por meio de audiências públicas, assembleias e conferências políticas, fóruns, conselhos setoriais de políticas públicas, orçamento participativo, Agenda 21, entre outros. Do outro, alguns movimentos optam pela resistência política, com ocupações de terra, bloqueio de estradas e ocupação de espaços públicos e de empresas, especialmente as transnacionais, que são consideradas nocivas ao meio ambiente.

A formação de redes passa a ser realidade nos anos e é a ênfase atual. Os movimentos sociais atuam cada vez mais sob a forma de rede, “que ora se contrai em suas especificidades ora se amplia na busca de empoderamento político.” ³⁴

32 As informações a seguir são referentes ao texto **Direitos: Propostas e Conquistas. Histórico e Atualidade dos Movimentos Sociais**, de Selvino Heck, assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, 2012

33 HECK, Selvino. SEMINÁRIO MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO, 2012, Brasília. **Propostas e Conquistas. Histórico e Atualidade dos Movimentos Sociais**

34 SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** Conferência apresentada em julho/2008.

Se por um lado a luta por novas causas ganha terreno, por outro, há um processo de acomodação em curso, conforme explica Márcio Pochmann.³⁵ “Vivemos um momento de alteração profunda na estratificação social brasileira. Essa mudança resulta da ascensão da base da pirâmide social. Há uma inegável volta da mobilidade social, que tinha escasseado nos anos 80 e 90. A mobilidade se deu na base da pirâmide e pouco nos segmentos intermediários que poderiam ser identificados como classe média. O segmento que ascendeu está fortemente mobilizado pelos valores mercantis, o que é natural. É o consumismo, o individualismo. Entende que essa ascensão é fruto de seu esforço individual e não que é resultado de uma política. Não há uma politização”.

Segundo Pochmann, esse grupo emergente é como um alargamento da classe trabalhadora, com valores individualistas. São novos segmentos de trabalhadores que emergem num processo despolitizado. Ao mesmo tempo, isso reflete a baixa capacidade das nossas instituições. “O ProUni tem um milhão de novos estudantes, a maioria de baixa renda. Esse segmento não entrou para o movimento estudantil. A sindicalização é baixa. As pessoas desse grupo são orientadas pelo mercado, favoráveis ao crescimento, mas extremamente conservadoras em valores, favoráveis à pena de morte, por exemplo. É uma transformação social desacompanhada da política com ‘P’ maiúsculo, o que é problemático para um país que não tem cultura democrática. São esses os segmentos que vão liderar o Brasil nas próximas décadas”, diz. Para ele, esses milhões de brasileiros que emergiram não encontram uma estrutura institucional de representação dos seus interesses. “É importante que os sindicatos, as associações de bairros, os partidos políticos identifiquem como construí-la para este novo segmento, porque ele poderá, inclusive, liderar a maioria política da organização nos próximos anos”.

Mas segundo o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, há uma saída para esse imbróglio que passa pela valorização do ser humano em suas diversas dimensões. Para ele, o ser humano tem que ser cuidado, “cuidar no sentido humano, o cuidar das pessoas, cuidar do afeto, do crescimento da integralidade do ser humano e o cuidar da natureza. Essa relação em que você pode, sim, crescer, pode, sim, fazer infraestrutura, pode fazer estrada, pode fazer energia elétrica, mas pode fazê-lo preservando, respeitando a natureza, salvando o futuro das próximas gerações”³⁶. Há grandes desafios, ante os avanços e conquistas dos movimentos sociais dos últimos anos, talvez o principal

35 Entrevista de Márcio Pochmann ao Blog do Zé Dirceu. São Paulo, jan.2012. Disponível em: <<http://www.zedirceu.com.br>>. Acesso em: 5 jul 2012.

36 CARVALHO, Gilberto. Palestra proferida no XI ENCONTRO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ, Brasília, mar. 2012.

deles seja levar uma vida em sociedade onde os valores da solidariedade e da fraternidade sejam a âncora para a construção de um novo modelo de sociedade no Brasil.

Seria simplista afirmar que os ODM servem como panacéia para todos os males. Mas o comprometimento e o envolvimento da sociedade civil para que o Brasil cumpra as Metas do Milênio permite inferir que os Objetivos preconizam tudo isso: cuidar do ser humano e garantir direitos básicos de cidadania, com respeito ao meio ambiente. Ou seja, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio “é possível construir uma nova sociedade, uma nova relação, um novo homem, uma nova mulher, um novo jovem, diante daquilo que a gente chama de um projeto sustentável para o Brasil, para a América Latina”.³⁷

37 CARVALHO, Gilberto. Palestra proferida no XI ENCONTRO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ, Brasília, mar. 2012.

CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

2.1 - Considerações Sobre Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Desde sua origem, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são permeados pela participação social. Foi a partir da década de 1990 - quando foram debatidos principais problemas mundiais em grandes conferências internacionais sobre população, gênero, direitos humanos, desenvolvimento social e meio ambiente - que os ODM começaram a ser pensados.

A sociedade civil teve um papel muito importante na efetivação das metas do milênio ao pressionar os governos para que adotassem os compromissos assumidos nas conferências internacionais. Foi em função dessa pressão que a Cúpula Social das Nações Unidas reconheceu, em 1995, que era possível acabar com a pobreza e a fome adotando-se outro conceito de desenvolvimento que incluía não só o enfoque na pobreza, mas também considerava o pleno emprego e a inclusão social como aspectos igualmente importantes para erradicar a miséria. Essas discussões fizeram com que a Organização das Nações Unidas (ONU) convocasse os governantes para encontrar soluções necessárias para tornar o mundo melhor, mais igualitário, mais justo e mais fraterno.

A sociedade civil internacional - que cumpriu um papel essencial na efetivação das metas do milênio - também foi fundamental ao pressionar os governos para que adotassem os compromissos assumidos nas conferências internacionais. A pressão da sociedade civil repercutiu novamente na ONU, que no ano 2000, convocou a Cúpula do Milênio, com o propósito de reverter os problemas detectados por meio das conferências ocorridas na década de 90. Desse encontro nasceu a Declaração do Milênio, que estabeleceu oito iniciativas para melhorar a qualidade de vida das pessoas até 2015.

Essas iniciativas se tornaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma plataforma humanista que foi apoiada por líderes de 191 nações, entre eles o Brasil. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio representam um patamar mínimo de direitos e de cidadania e devem ser assegurados como forma de manter a dignidade de todos os seres humanos. São eles:

- 1 - Acabar com a fome e com a miséria;
- 2 - Educação Básica de qualidade para todos;

- 3 - Igualdade entre os sexos e valorização da mulher;
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil;
- 5 - Melhorar a saúde das gestantes;
- 6 - Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
- 7 - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- 8 - Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento.

A reunião da Cúpula teve como resultado principal um pacto assumido pelos 191 países, conhecido como Declaração do Milênio, que resultou nos oito ODM. A Declaração do Milênio deixa implícita a importância da participação social ao afirmar que a democracia participativa é o ambiente ideal para o cumprimento das metas do milênio. Diz a Declaração:

Os homens e mulheres têm o direito de viver a sua vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir esses direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.³⁸

A Declaração do Milênio vem, assim, reafirmar a participação social como um princípio básico da democracia. No Brasil, a participação social para o alcance dos ODM tem sido uma realidade desde o início. O Brasil inovou ao implementar um trabalho conjunto para o cumprimento das metas, do qual fazem parte a sociedade civil - representada pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade - governos federal, estaduais e municipais, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A união desses três “atores” fez com que o Brasil ocupasse posição de destaque em relação ao cumprimento das metas. O Brasil assumiu com seriedade os compromissos dos ODM. Exemplo disso é que desde 2004 o governo federal vem elaborando, em conjunto com a ONU, Relatórios de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para monitorar os avanços dos ODM no país. Já foram feitos quatro relatórios.

Lutar por um mundo melhor, assegurar condições básicas de cidadania a todas as pessoas é uma agenda positiva que unifica sociedade e governos comprometidos com o bem comum. A plataforma das metas do milênio é um referencial mínimo da dignidade humana, portanto, adquire capacidade de dar visibilidade a causas comuns, envolver atores politicamente divergentes e provocar governos locais a se comprometerem com planos de trabalho e instituírem modelos de gestão mais eficientes.

38 Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração do Milênio**, set. 2000. Disponível em: <www.pnud.org.br>.

2.2 - O Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

O Brasil avançou muito em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pavimentou o caminho para cumprir as metas até 2015.

O desempenho brasileiro só foi possível em função da participação social e de uma série de políticas públicas colocadas em curso nos últimos anos que trouxeram impactos positivos sobre os ODM. Há bons indicadores, mas há muitos desafios a serem vencidos. Para cada um dos Objetivos existem políticas públicas que vêm aproximando o Brasil do cumprimento das metas. Em algumas áreas o país tem que avançar. Em outras, os indicadores positivos já são realidade. A situação do Brasil frente aos ODM pode ser traduzida nos seguintes resultados e desafios³⁹:

OBJETIVO 1 - Acabar com a Fome e a Miséria

A meta da ONU de reduzir a fome e a pobreza extrema até 2015 à metade do que era em 1990 foi alcançada pelo Brasil em 2002. Em 2007, a meta nacional de reduzir a porcentagem de pobres a ¼ da de 1990, apesar de mais ambiciosa, também foi cumprida e superada em 2008.

O Plano Brasil sem Miséria potencializou esse esforço. O plano pretende retirar mais de 16 milhões de brasileiros da extrema pobreza. A busca ativa para “encontrar” essas pessoas conseguiu incluir no Cadastro Único, de junho de 2011 a março de 2012, 687 mil novas famílias, que já estão recebendo Bolsa Família. Em maio de 2012, o programa Bolsa Família atendia a 13,5 milhões de famílias.

Outra iniciativa que integra o Brasil Sem Miséria é o Brasil Carinhoso, lançado em maio de 2012. A meta é a superação da miséria em todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos, além de ampliar acesso a creche, pré-escola e saúde. Para isso, o benefício para superação da pobreza extrema assegura renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa a famílias extremamente pobres com crianças nessa faixa etária. O início do pagamento do benefício em junho de 2012 reduziu a extrema pobreza total em 40%.

³⁹ Estudo elaborado pela Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais, da Secretaria-Geral da Presidência da República, em maio de 2012. Disponível em <<http://www.odmbrasil.com.br>>. Acesso em: 16 jun.2012.

OBJETIVO 2 - Educação Básica de Qualidade para Todos

Nos últimos anos, houve avanços significativos em termos de acesso e rendimento escolar de crianças e jovens no Brasil. Em 2009, 95,3% da faixa etária de 7 a 14 anos freqüentavam o ensino fundamental. No mesmo ano, 75% dos jovens que haviam atingido a maioria concluíram o ensino fundamental.

O Brasil convive com uma baixa taxa de conclusão escolar, que pode ser explicada pelos elevados índices de repetência e de evasão. No entanto, a educação básica brasileira já atende a 98% da população: mais de 50 milhões de crianças e jovens. Da educação infantil ao ensino médio, são dois milhões de professores.

O investimento em educação básica foi R\$ 114,3 bilhões em 2012, um aumento de 19,12% em relação a 2011. Também em relação a 2011, houve reajuste de 21,2 % no valor mínimo investido por aluno.

OBJETIVO 3 - Igualdade entre os Sexos e Valorização da Mulher

Superar as disparidades entre meninos e meninas no acesso à escolarização formal e promover políticas que ofereçam oportunidades para mulheres ocuparem papéis cada vez mais ativos no mundo econômico e política são ações essenciais para a superação das desigualdades de gênero. No que diz respeito ao acesso à educação, o Brasil já alcançou as metas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: meninas e mulheres já são maioria em todos os níveis de ensino.

Mas, mesmo que tenha havido melhorias nos indicadores, a desigualdade das mulheres em relação aos homens ainda persiste no mercado de trabalho, nos rendimentos e na política. E a violência doméstica continua atingindo milhares de mulheres brasileiras.

O Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo do Trabalho, busca minimizar parte dos problemas ao promover ações de inserção no mercado de trabalho, inclusão produtiva e geração de renda, nos meios urbanos e rural, além da responsabilização do Estado pelos cuidados e pela educação infantil.

O Brasil celebrou ainda um acordo federativo em torno do “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, que abrange as dimensões da prevenção, assistência, combate e garantia de direitos às mulheres. Atualmente existem 1.011 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência.

Entre 2003 e 2011, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina cresceu 17,3%, enquanto a PEA masculina aumentou 9,7%. A participação das mulheres na PEA

passou de 44,4% em 2003, para 46,1% em 2011. No mesmo período, as mulheres aumentaram sua participação na população ocupada, passando de 43,0% para 45,4%.

Diminuíram as diferenças entre os rendimentos do trabalho. Entre 2003 e 2011, o rendimento real médio das mulheres cresceu 24,9%, variação superior à observada entre os homens. A remuneração média das mulheres passou a corresponder a 72,3% da masculina, em 2011, situação menos desigual que em 2003, quando esta proporção equivalia a 70,8%.

OBJETIVO 4 - Redução da Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) por mil nascidos vivos passou de 29,7, em 2000, pra 15,6, em 2010. Essa taxa é menor que a meta prevista para 2015, de 15,7 por mil nascidos vivos. A queda mais acentuada ocorreu na região Norte (-58,6%), que ainda apresenta a taxa mais elevada do Brasil: 18,5 por mil nascidos vivos.

A taxa de mortalidade das crianças abaixo de cinco anos, apresentou queda de 65% entre 1990 e 2010, ou seja, o número de óbitos por mil nascidos vivos passou de 53,7 óbitos para 19. Os indicadores demonstram que tanto as taxas de mortalidade na infância (menores de 5 anos) e infantil (menores de um ano) apresentaram forte queda entre 1990 e 2010. A mortalidade infantil está concentrada nos primeiros meses de vida, no período neonatal precoce (0 a 6 dias) e neonatal tardio (7 a 27 dias).

OBJETIVO 5 - MELHORAR A SAÚDE DA GESTANTE

Este é o Objetivo que o Brasil tem mais dificuldade de atingir. O país melhorou, mas ainda não alcançou a meta de reduzir em $\frac{3}{4}$, entre 1990 e 2015, a razão da mortalidade materna. Segundo estimativas da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a razão de mortalidade materna era de 141 por 100 mil nascidos vivos em 1990 e declinou para 68 por 100 mil nascidos vivos em 2010. Entre janeiro e setembro de 2011, a mortalidade materna diminuiu 21%. Ocorreram 1.038 óbitos por complicações na gravidez e no parto, contra 1.317 óbitos no mesmo período de 2010. A meta é atingir 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2015.

Uma maior redução da mortalidade materna depende das ações de promoção integral da saúde das mulheres em idade fértil, em um contexto de desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública em regime de cooperação entre governos e sociedade.

O Brasil criou o “Saúde Mais Perto de Você” e o “Rede Cegonha”, que é composto por quatro componentes: pré-natal; parto e nascimento; puerpério e atenção integral à saúde da criança; e sistema logístico, com transporte sanitário e regulação.

Em 2011, a tendência de queda continuou, com a diminuição de 19% dos óbitos maternos em relação a 2010. No primeiro semestre de 2011, foram notificados 705 óbitos por causas obstétricas. No mesmo período de 2010 foram registrados 870. De 2003 a 2010, aumentou em 125% o número de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal e a proporção de mães brasileiras que não fizeram nenhuma consulta foi reduzida de 4,7% para 1,8%. Em 2011, mais de 1,7 milhão de gestantes fizeram no mínimo sete consultas de pré-natal.

OBJETIVO 6 – COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

A experiência brasileira de combate à epidemia de HIV/AIDS se tornou uma referência mundial. Desde o início da epidemia, em 1980, até junho de 2011, o Brasil registrou 608,2 mil casos de AIDS, mas a taxa de incidência passou de 20,0 por 100 mil habitantes em 2003 para 17,9 por 100 mil habitantes em 2010. Em 2010, foram notificados 34.218 novos casos da doença.

O Brasil tem conseguido controlar a malária. O número de exames positivos de malária por mil habitantes caiu de 33,2, em 1990, para 13,1 em 2010. A doença está concentrada na região norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), com mais de 95% dos casos.

Também em relação à tuberculose, o Brasil tem conseguido alcançar a meta de reduzir a incidência. O número de casos novos por 100 mil habitantes caiu de 51,8, em 1990, para 37,6, em 2010. O Brasil antecipou em cinco anos o cumprimento da meta dos ODM, que era reduzir pela metade os óbitos pela doença entre 1990 e 2015.

Assim como no caso do HIV/AIDS, os gestores da saúde têm buscado estruturar a vigilância epidemiológica para o enfrentamento dessas e de outras doenças transmissíveis, tais como a tuberculose e a dengue. O maior desafio é combater a dengue, pois a incidência tem aumentado. No Brasil, de janeiro a abril de 2010, ocorreram 467 mortes causadas por dengue. Já de janeiro a abril de 2012, foram 74 óbitos. Os casos graves de janeiro a abril de 2010 foram de 11.485, contra 1.083 identificados de janeiro a abril de 2012. Houve uma queda de 84% nos óbitos por dengue e redução de 91% nos casos graves.

Foram criados programas nacionais de controle da Malária, da Dengue e da Tuberculose para reduzir a incidência das doenças e o número de vítimas.

OBJETIVO 7 – QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

A taxa de desmatamento da Amazônia entre agosto de 2010 e julho de 2011 foi a menor registrada desde a primeira medição feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 1988. A área de 6.418 km² desmatada no período é de 76,9% menor do que a registrada em 2004, quando foi criado o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Atualmente, 81,2% da floresta original da Amazônia permanecem conservados.

Em relação aos compromissos de Copenhague, o Brasil já havia reduzido a emissão de gases de efeito estufa em 19,2% até 2011, apenas como efeito da diminuição do desmatamento na Amazônia. É mais que a metade da meta voluntária de 36,1%, a ser alcançada em 2020. Em relação ao desmatamento, o compromisso é alcançar uma redução de 80% em relação à média anual registrada entre 1996 e 2005. A queda do desmatamento já corresponde a 67% dessa meta.

O Brasil pode contar ainda com 75,1 milhões de hectares de Unidades de Conservação Ambiental federais. A homologação de terras indígenas já atinge 109,77 milhões de hectares, próximo de 12,9% do território nacional. As terras indígenas são responsáveis pela preservação de 30% da biodiversidade brasileira.

Até maio de 2012, 23 mil famílias que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas federais extrativistas ou de desenvolvimento sustentável e assentamento ambientalmente sustentáveis estavam recebendo o pagamento trimestral de R\$ 300 para que continuem realizando a conservação de ativos ambientais.

O Brasil já atingiu as metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio relativas ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. De uma forma geral, o Brasil ruma à universalização do acesso ao abastecimento de água no meio urbano, com aproximadamente 91,9% dos domicílios ligados à rede de abastecimento. Se considerarmos o abastecimento de água por poço também como adequado, a cobertura passa para aproximadamente 97,4% (Censo 2010).

Desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria já foram entregues 84,7 mil cisternas, 68,8 mil estão em construção, 163,7 mil foram licitadas ou estão em processo de contratação. Para 2012, pretende-se chegar a 372 mil famílias atendidas com água para beber e 61 mil com água para produção, viabilizando a construção de mais 433 mil cisternas.

No caso do esgoto, no entanto, ainda estamos longe da universalização. O total ligado à rede coletora ou à solução individual por fossa séptica é de 75,3% (Censo 2010).

OBJETIVO 8 – TODO MUNDO TRABALHANDO PARA O DESENVOLVIMENTO

Alcançar o desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva de toda a comunidade internacional. No caso brasileiro, a implementação de políticas públicas é no sentido de aumentar a inclusão social.

Em uma federação complexa como a brasileira é necessário realizar esforços para tornar a gestão municipal eficiente, eficaz e capaz de acelerar a execução dos investimentos públicos; de manter as políticas sociais; de realizar ações de diversificação da economia local, bem como de melhorar o ambiente de negócios e a qualidade do gasto público.

Sobre a pauta brasileira com outros países, deve-se destacar a intensificação da agenda bilateral e o fortalecimento das relações com países do sul, da América Latina e Caribe.

2.3 - Prêmio ODM Brasil

Para ajudar o Brasil a cumprir a metas do milênio, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lançou em agosto de 2005 o Prêmio ODM Brasil, durante a primeira Semana Nacional Pela Cidadania e Solidariedade, ocorrida em Belo Horizonte.

O Prêmio ODM Brasil homenageia a capacidade transformadora de brasileiros que contribuem para o objetivo maior de tornar o Brasil mais justo e igualitário. A proposta de criação do prêmio leva também em consideração a trajetória de várias organizações sociais como igrejas, ONGs, clubes de serviço, associações comunitárias, cooperativas, instituições do terceiro setor e empresas, que conveniadas com o poder público ou em parceria com instituições privadas executam ações que contribuem para melhorar os indicadores sociais locais.

O governo federal editou um decreto em 15 de dezembro de 2005 - revogado em 2007 pelo Decreto nº 6.202 - propondo que o Prêmio fosse concedido a partir de 2005 até 2015 e estabelecendo como suas finalidades “incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos ODM”, assim como “construir um banco de práticas de referência para sociedade e gestores públicos, no marco das políticas públicas e reconhecer publicamente os esforços em favor dos ODM”.

Para a escolha dos projetos premiados são considerados os seguintes critérios: contribuição para alcançar os ODM; impacto no público atendido; participação da comunidade; existência de parcerias; potencial de replicabilidade, complementariedade e integração com outras políticas públicas.

Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, já foram realizadas quatro edições do Prêmio ODM Brasil. A coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O prêmio é também um instrumento de mobilização popular e de disseminação dos ODM. Para divulgar o Prêmio ODM Brasil, a Secretaria-Geral, o PNUD e o Movimento Nacional realizaram seminários em todo o país, com o apoio dos Núcleos Estaduais, que reuniram mais de oito mil pessoas apenas nos encontros da 4ª Edição.

O principal resultado desses encontros foi a participação social e o fortalecimento dos Núcleos Estaduais e Municipais dos ODM. Ao todo, foram realizados 29 seminários de lançamento do Prêmio ODM Brasil, em todas as capitais e dois regionais, em Alfenas (MG) e Araçatuba (SP).

Mais de 20 mil lideranças participaram dos seminários de lançamento do prêmio, em suas quatro edições – 2005, 2007/2008 e 2009/2010 e 2011/2012. Essa expressiva participação social teve reflexo direto no número recorde de inscrição: foram inscritos 5.067 projetos e premiados 87 práticas.

A mobilização por meio do Prêmio é destacada pelo coordenador do Núcleo de ODM em Santa Catarina, Odilon Faccio. Segundo ele, “as atividades relacionadas à promoção do Prêmio ODM têm sido decisivas para a mobilização dos atores sociais e para a execução de políticas em prol dos ODM. “Os seminários de lançamento do Prêmio contribuíram para a mobilização de empresas, sociedade civil e governos. Muitas entidades que participaram desses eventos inscreveram suas experiências e, posteriormente, passaram a integrar o Movimento. “O Prêmio é um instrumento de mobilização, pois através dele é realizado o chamado aos sujeitos sociais”, enfatizou.

Na última edição, concluída em 2012, a presença de governadores, secretários estaduais, prefeitos de capitais e do interior foi o destaque. Muitos deles saíram dos seminários dispostos a incorporar os ODM em seus Planos Plurianuais (PPA) e a institucionalizarem Núcleos Municipais de ODM.

O fortalecimento dos Núcleos Estaduais e Municipais foi outro avanço detectado nos seminários. Por meio do trabalho voluntário, os integrantes dos Núcleos coordenaram todos os seminários e foram responsáveis pela mobilização e participação de milhares de lideranças sociais nos eventos.

Núbia Gonçalves, coordenadora do Núcleo da Paraíba, diz que o Prêmio tem o mérito de utilizar uma palavra mágica tão preciosa para as entidades e para os gestores: reconhecimento, “que é o resultado esperado para qualquer iniciativa bem sucedida”⁴⁰

Cidinha Udenal, do Movimento Nacional, lembra que “o Prêmio ODM Brasil ratifica a importância das ações desenvolvidas em prol dos ODM em todo o país, reconhecendo-as como práticas inspiradoras de desenvolvimento e transformação local”.⁴¹ Na mesma linha, o secretário-executivo do Movimento Nacional, Rodrigo Loures, destaca o Prêmio como “uma ferramenta que incentiva e celebra ações que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de premiar iniciativas nacionais inovadoras da sociedade civil e da gestão pública municipais, proporcionando visibilidade e oportunidade de compartilhar projetos que servem de exemplos a serem seguidos em todo o Brasil”.

Como os seminários se transformaram em uma ferramenta importante de mobilização, esses encontros passaram a ter também o propósito de debater com as lideranças locais a plataforma das metas do milênio, de apresentar as políticas públicas e projetos que estão contribuindo para a mudança social brasileira, de discutir os desafios para que os ODM sejam cumpridos.

Os encontros também delimitaram aspectos importantes e inovadores, entre eles, a ampliação da base social do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, com a incorporação de novos atores sociais - como igrejas, sindicatos, ONGs, universidades, instituições públicas e privadas - e o envolvimento dos governos estaduais e municipais.

Nestas iniciativas percebe-se que essa agenda apresenta um potencial de articulação e mobilização de lideranças e instituições que podem apoiar a implementação de políticas públicas nos municípios.

A articulação entre o governo federal, o PNUD e o Movimento Nacional por meio do Prêmio acabou por construir uma agenda de debates, em todo o território nacional, que extrapola o calendário do próprio prêmio. Ou seja, a plataforma ODM é contínua e o prêmio passou a ser uma das atividades da agenda dos ODM. Só que agora, o calendário não se limita mais às capitais. Esta agenda está sendo debatida pelo interior do país a partir da estratégia da municipalização dos ODM.

40 Entrevista concedida em 21 jul. 2012.

41 Entrevista concedida em 18 jul. 2012.

2.4 - Municipalização dos ODM⁴²

Em setembro de 2010, foi realizada em Nova York, a Conferência de Revisão das Metas do Milênio, quando a ONU sugeriu aos países que adotassem a localização dos ODM para que as Metas do Milênio fossem alcançadas. No Brasil, a localização foi definida como municipalização, dada a nossa estrutura federativa.

Municipalizar quer dizer "chegar aos municípios" no nível local onde as políticas públicas são finalizadas, onde está o cidadão beneficiário dos programas, onde a vida acontece. Isso não significa "prefeiturização", não significa envolver apenas os gestores locais no processo. Portanto, municipalizar é chegar aos municípios ou através do poder público ou via sociedade civil ou mesmo por meio dos dois.

A participação dos gestores locais é de fundamental importância para a municipalização, pois as prefeituras são responsáveis pela implementação de várias políticas públicas, além de ter a obrigação constitucional de cuidar da educação básica, saúde, meio ambiente, infraestrutura, assistência social etc, todas elas diretamente vinculadas aos ODM.

O Brasil apresentou quatro relatórios de acompanhamento dos ODM. O último deles⁴³ revela grande desigualdade regional no cumprimento das metas, principalmente na relação entre os estados do Norte e do Nordeste, que estão em desvantagem em relação ao Sudeste e ao Sul. Todos os estados das regiões Norte e Nordeste estão abaixo das médias nacionais.

Mas mesmo nos estados considerados bem situados em relação ao cumprimento das metas, há discrepância nos indicadores. Quando os índices são abertos por regiões, estados e municípios observa-se que existem realidades que não diferem dos números registrados no Norte e Nordeste. Ou seja, mesmo em cidades conhecidas pela riqueza e pelo potencial econômico, persistem bolsões de extrema pobreza, ainda que existam bons indicadores sociais. Isso significa que não é possível excluir nenhum município brasileiro da municipalização dos ODM.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio possuem metas e indicadores que são mensurados tendo como base o ano de 1990. São 21 metas e 48 indicadores que serão aferidos até 2015, prazo final para que todos os países cumpram os ODM.

42 MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM E PARTICIPAÇÃO SOCIAL, Brasília: Secretaria Nacional de Relações Político-Social – Secretaria-Geral da Presidência da República, 2011. Todas as informações referentes à municipalização foram extraídas desta publicação.

43 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO - RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO, Brasília: Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), Mar. 2010.

O Brasil é destaque no cumprimento das metas e é citado como exemplo para a ser seguido por outros países, sobretudo em relação à meta de combate à fome e à pobreza. Mas, como já foi descrito acima, para que as conquistas do Brasil em relação aos ODM alcancem a todos os brasileiros, é necessário fazer chegar aos municípios os bons resultados globais alcançados pelo país. Nas regiões e municípios existem fragilidades regionais e locais frente aos principais indicadores de desenvolvimento que precisam ser revertidas.

É por isso que os municípios têm um papel e uma contribuição fundamental para o cumprimento dos ODM, pois respondem pela gestão de diversas políticas relacionadas a eles. Além disso, detêm vantagens em relação às demais esferas de governo no que diz respeito à adoção de uma agenda de desenvolvimento, porque:

- têm autonomia operacional e mandato formal para prover vários serviços à população;
- têm mandato institucional para promover ações nas áreas de desenvolvimento econômico e social, meio ambiente, saneamento, educação, cultura, saúde e segurança;
- podem estabelecer acordos com ONGs e com o setor privado para criar uma agenda cooperativa;
- podem adotar leis complementares em assuntos sociais e ambientais;
- contam com a proximidade do cidadão, pois é no município que a cidadania é fortalecida.

O Brasil, como um todo, só atingirá as metas se as prefeituras participarem ativamente desse processo, em conjunto com o governo federal, o governo estadual e a sociedade civil. O maior desafio é melhorar a vida de milhões de brasileiros.

Como as cidades podem contribuir

As prefeituras desenvolvem diversos programas que geram impacto positivo sobre os ODM. A partir da Constituição de 1988, os municípios ganharam mais autonomia e maior atribuição nas áreas de saúde, educação e meio ambiente, entre outras. Na área de Saúde, por exemplo, as prefeituras são obrigadas a investir no mínimo 15% do total de sua arrecadação por determinação da Constituição. Algumas estão investindo muito mais. O Programa Saúde da Família (PSF), a assistência aos partos naturais (parteiras e maternidade) e a distribuição de medicamentos de atenção básica são algumas das ações a cargo dos municípios que se relacionam diretamente com os Objetivos da ONU. (ODM 4, 5 e 6)

Na Educação, por determinação constitucional, o valor do investimento dos municípios deve ser de no mínimo 25% das receitas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, prevê a garantia de acesso gratuito à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental (ODM 2 e impacto no ODM 3). Já na área ambiental, com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) os municípios passaram a ser responsáveis pela execução e fiscalização das ações de proteção da qualidade ambiental e pelo Plano Diretor, que define a política de desenvolvimento urbano e tem forte impacto na sustentabilidade ambiental (ODM 7).

Programas federais como o Bolsa Família têm gestão municipalizada, o que possibilita uma abertura de espaço para que as prefeituras criem experiências inovadoras no combate à pobreza (ODM 1) e na melhoria das condições de educação (ODM 2) e da saúde (ODM 4).

Certamente os municípios fazem mais do que é exigido pela Constituição. A municipalização significa relacionar as políticas, programas e ações que já são executadas pelas prefeituras com os ODM, além de criar novas iniciativas que induzam ao cumprimento das metas do milênio. Em resumo, municipalizar é:

- reconhecer que os governos locais têm papel protagonista nos ODM;
- adequar as políticas públicas já implantadas pelas prefeituras aos ODM;
- criar novas iniciativas que visem atingir as metas estabelecidas.

A municipalização é, na verdade, uma via de mão dupla. De um lado, o país se fortalece com o engajamento de todos, aumenta o processo de disseminação dos ODM e cria reais condições para cumprir todas as metas até 2015. De outro, os gestores municipais ganham muito, uma vez que os ODM permitem consolidar algumas vantagens, entre elas:

- construir uma agenda universal que contemple os principais aspectos de uma agenda de gestão eficiente;
- aperfeiçoar os serviços públicos e o desenvolvimento de ações de combate à vulnerabilidade;
- ter maior facilidade para obter recursos federais, estaduais e internacionais;
- trazer as comunidades locais para dialogar e ajudar a decidir o rumo das políticas públicas;
- adotar uma gestão voltada para resultados práticos que podem ser avaliados de forma eficiente;
- maior visibilidade da gestão, obtendo o reconhecimento do trabalho executado por meio de prêmios e inserções na mídia;

- facilitar o monitoramento, a avaliação e a mensuração de resultados das políticas públicas.

Como Municipalizar?

A agenda de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deve ser um compromisso do município e não apenas do prefeito municipal. Sem isso, dificilmente a municipalização será institucionalizada, podendo ser interrompida durante o próprio governo ou nas mudanças de mandato. O movimento nacional propõe que sejam adotadas as seguintes medidas:

1 - Consolidação do Comitê ou Núcleo dos ODM

O primeiro passo é formar o Comitê ou Núcleo de Acompanhamento dos ODM no município e reconhecê-lo legalmente. Esse Comitê ou Núcleo vai acompanhar o processo de municipalização dos ODM. Podem participar membros dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de representantes dos conselhos municipais, da sociedade civil organizada, de sindicatos e do setor produtivo. No caso do Poder Executivo, é essencial a presença das secretarias de Governo, de Planejamento e de Finanças, ou de instâncias equivalentes.

A participação de representantes de segmentos como adolescentes, mulheres, negros e indígenas também é muito importante para dar atenção particular às características desses grupos sociais. O comitê pode ser integrado, ainda, por representantes de universidades, de estatais e por outros parceiros estratégicos.

O Comitê deve ter como atribuições acompanhar, subsidiar e monitorar o processo de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Para isso, é importante que os participantes do comitê conheçam a situação das temáticas dos ODM no município.

Nesse sentido, os documentos produzidos nas conferências municipais, o Plano Plurianual e os relatórios de governo ou de instituições independentes são boas fontes de informação. Os integrantes do comitê também devem conhecer o processo de análise de indicadores, pois o acompanhamento é conduzido com base nele. O Comitê ou Núcleo pode ser oficializado por um decreto ou portaria municipal. Com um mandato claro e institucionalizado, além de responsabilidades e atribuições pré-existentes, a capacidade do comitê fica ampliada e fortalecida.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade é o grande incentivador da consolidação dos Comitês e Núcleos Estaduais e Municipais e, conseqüentemente, da municipalização. O Movimento tem mobilizado milhares de lideranças e de entidades em todo

o país em seminários que estimulam e sensibilizam a sociedade a participar de projetos sociais em prol dos ODM.

Conselhos Municipais – Os ODM servem como um eixo condutor de esforços em prol do desenvolvimento humano e desafiam a sociedade a encontrar novas formas de cooperação e engajamento de seus atores. Por isso, é fundamental buscar convergências entre as agendas dos movimentos sociais e dos conselhos com a plataforma proposta pelos ODM.

A participação dos conselhos no planejamento e definição das metas e indicadores que orientarão as prioridades do município garante as seguintes vantagens:

- aumenta as chances de o processo ser institucionalizado e continuado, mesmo após a mudança de gestor, pois o compromisso é firmado com outros atores e segmentos sociais;
- permite aos conselheiros dispor de mais informações para embasar o planejamento de suas ações e fazer o controle social das políticas;
- possibilita a articulação das políticas públicas de forma transversal nos diversos Conselhos;
- amplia as bases de representação dos conselheiros, porque permite instaurar debates mais qualificados com as várias instâncias do poder público junto ao segmento que representam e aos cidadãos; aprimora as ferramentas de gestão, liderança e inovação que caracterizam os mandatos de cada conselho.

A efetividade dos conselhos depende de disposição política de seus integrantes e dos governos locais para que possam, de fato, participar e influir nas estratégias adotadas pela sociedade.

2 - Radiografia da situação do município

Instituído o Comitê ou Núcleo, o próximo passo é saber como está a realidade do município em relação aos ODM. O endereço eletrônico www.portalodm.com.br é uma boa ferramenta de consulta, uma vez que mostra análises, gráficos e mapas sobre a situação de cada um dos Objetivos em todos os municípios brasileiros. O portal foi desenvolvido pelo Observatório de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis) e o resultado da busca serve como indicativo para a elaboração de diagnósticos sobre a tendência dos problemas municipais. Conhecendo-se os problemas é mais fácil tomar decisões sobre o rumo que as políticas públicas devem seguir.

Os indicadores devem ser interpretados para que possam contribuir com os Objetivos e suas metas específicas. A análise deve levar em conta a série histórica de dados disponíveis. É essencial que os indicadores sejam trabalhados de forma desagregada, considerando-se não apenas as médias registradas pelos índices ou estatísticas, mas as eventuais desigualdades territoriais, étnicas e de gênero. É também importante adaptar os indicadores e as metas à realidade e aos interesses do município.

Sistematização – As discussões e informações sobre o perfil municipal dos ODM devem ser organizadas em um relatório, que poderá ser disseminado na comunidade. Se bem elaborado o documento pode servir de fonte para o planejamento e a prática dos conselhos municipais. Ele também pode ser útil para os técnicos envolvidos na elaboração dos Planos Plurianuais.

Um indicador é uma informação que permite revelar a que distância se está de um determinado objetivo e, por isso, pode ser usado no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Um indicador social é uma medida, geralmente numérica, que informa um aspecto da realidade social ou mudanças que estão ocorrendo. O número de óbitos de crianças com menos de um ano por mil nascidos vivos, por exemplo, é um dos indicadores de mortalidade infantil mais amplamente adotado no mundo.

3 - Construção de um plano de ação

Após identificar as metas e indicadores locais, sugere-se que as secretarias ou o órgão de planejamento do município, junto com o comitê de acompanhamento dos ODM, construam um plano de trabalho prevendo as ações, os responsáveis por sua implantação, a duração e os recursos necessários.

Nesse momento, é preciso prever quanto custa, por exemplo, reduzir em 10% a evasão escolar no município, se essa for uma das metas adotadas, e verificar se os recursos requeridos estarão disponíveis no prazo previsto.

A elaboração do plano deve levar em conta os resultados das ações e programas em curso no município e os resultados da situação do perfil municipal dos ODM. Para isso, o órgão responsável pelo planejamento, junto com o comitê de acompanhamento dos ODM, deve analisar a trajetória das políticas, de forma participativa e realista. É importante certificar-se de que as ações existentes serão suficientes, tendo em vista o ritmo de progresso demandado para atingir a meta. Também é fundamental identificar como os eventos externos podem influenciar o cumprimento de cada meta. É recomendável que todos os membros do comitê sejam envolvidos no processo, para garantir a avaliação multidisciplinar das políticas.

Com base nessas constatações, é possível definir ações concretas para a melhoria de cada um dos indicadores e o cumprimento de cada meta. As ações devem contemplar as visões de médios e longos prazos. O planejamento deve vir acompanhado de uma estratégia de implantação das ações, descrevendo as atribuições e os respectivos responsáveis. Além disso, pode-se prever a adoção de mecanismos de revisão periódica do processo e dos pactos firmados, incluir uma estratégia para a mobilização de parcerias e investimentos e criar formas de assegurar a continuidade dos programas e ações.

4 - Sistemas de Monitoramento e Avaliação

A construção de um sistema de monitoramento e avaliação deve ter como base os indicadores e metas utilizados para a construção do perfil municipal dos ODM. O sistema contribui com o processo de análise das ações adotadas e para a manutenção dos compromissos expressos no plano de ação. Para que o acompanhamento seja realizado com propriedade, é necessária a constituição de um grupo específico de monitoramento, que responda por essa função.

É recomendável que o grupo de monitoramento seja integrado por representantes das secretarias ou do órgão de planejamento do município, além de membros do comitê de acompanhamento dos ODM. O grupo responsável por essa tarefa deve dar suporte às políticas e estratégias setoriais. Para isso, sugere-se realizar consultas e debates (reuniões, seminários ou oficinas) junto aos formuladores e implementadores de políticas públicas e aos representantes de organizações da sociedade civil. O grupo também tem a responsabilidade de disseminar as conclusões tiradas do processo de monitoramento e avaliação. Uma forma adequada de dar visibilidade às informações é produzir, pelo menos uma vez ao ano, um informativo sobre a situação dos ODM no município.

Os relatórios podem explicitar tendências, identificar problemas e avanços e deixar claras as prioridades locais. Eles podem ser produzidos com base na atualização do diagnóstico do perfil municipal dos ODM.

CAPÍTULO 3 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

3.1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com participação social

A participação social tem sido fundamental para contribuir com o país no compromisso de alcançar as Metas do Milênio, em especial na construção das políticas sociais de saúde, de segurança alimentar, igualdade de gênero e nas ações de meio ambiente.

A possibilidade de o país de alcançar as metas do milênio conta com pelo menos dois aspectos que merecem ser registrados: o primeiro é referente à luta histórica do movimento social pela redemocratização do país, a partir da década de 70. Nesse período, foram organizados setores importantes da sociedade por meio dos sindicatos, das igrejas, das associações e de várias outras entidades da sociedade civil. Essa organização dos setores sociais permitiu que fosse mantida acesa a chama da urgência de se transformar o Brasil em um país mais justo, com a melhoria do ambiente político nacional e com a busca de conquistas sociais fundamentais para a sociedade e, em especial, para os mais pobres.

O segundo aspecto é o processo constituinte de 1988, cuja realização também foi uma conquista histórica da sociedade brasileira. A Constituição de 1988 trouxe um novo arcabouço jurídico institucional que permitiu ao país implementar diversas políticas públicas, programas e ações com o respaldo constitucional. A Constituição permitiu ainda que fossem dados os primeiros passos da participação social na construção das políticas públicas ao inserir em seu texto a democracia participativa, por meio da criação de espaços de articulação e de participação. Os Conselhos são um bom exemplo disso.

Ainda que desde a Assembleia Constituinte o Brasil tenha experimentado a inserção da participação social na elaboração das políticas públicas, foi a partir de 2003 que o governo federal adotou como método de governar o diálogo responsável e qualificado com todos os seguimentos da sociedade civil. Os setores sociais passaram a participar e a influenciar na construção das políticas públicas do país, colocando em prática o princípio da democracia participativa, prevista na Constituição de 1988⁴⁴.

A participação social ficou mais evidenciada em algumas áreas de atuação. No setor da saúde, por exemplo, o papel da sociedade civil é fortalecido a cada dia, seja por meio das

⁴⁴ BRASIL, Secretaria-Geral da Presidência da República. **Democracia Participativa** Nova Relação do Estado com a Sociedade 2003-2010. Dez. 2010.

históricas conferências setoriais, seja por meio da atuação firme e permanente dos Conselhos de Saúde, tanto no âmbito federal quanto nos estados e municípios. Vale destacar que o Brasil universalizou a saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) - modelo que é copiado por outros países - graças à intensa mobilização e participação da sociedade civil. Essa forte atuação social tem contribuído ainda para que a saúde pública amplie seu atendimento e melhore a qualidade dos serviços prestados, ainda que persista uma enorme distância entre demanda e atendimento de qualidade.

A presença cada vez maior na área de saúde de programas relacionados diretamente com os ODM, como o combate à mortalidade infantil e materna, políticas de saúde exclusivas para as mulheres e programas de combate à AIDS e à hanseníase, faz com que a participação social também se materialize. Nesse sentido, não é raro que projetos e programas de saúde com esses focos sejam ponto de pauta dos movimentos sociais, dos sindicatos de trabalhadores, de usuários organizados em associações de moradores, de lideranças sociais e dos diversos conselhos e conferências de saúde ocorridas nas últimas décadas.

Cada vez mais a sociedade civil discute políticas públicas, inclusive nas cidades onde se desenvolve o Programa do Orçamento Participativo. Nos municípios onde a presença da sociedade é mais efetiva, várias unidades de saúde e programas foram aprovados em assembleias populares do Orçamento Participativo. Portanto, é possível afirmar que os avanços em várias políticas de saúde e a implementação de programas específicos estão diretamente relacionados à participação social e à militância de milhares de lideranças. O resultado são programas como o Rede Cegonha, o Qualisus, o Programa de Combate ao Câncer de Mama e Útero, a distribuição gratuita de medicamentos para AIDS, o Farmácia Popular, o Samu, O Brasil Sorridente, dentre outros.

A presença da participação social também tem sido determinante para o avanço de políticas públicas em prol da emancipação das mulheres, o terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. Há anos, o Movimento Feminista brasileiro vem travando uma batalha pela igualdade de gênero, pela emancipação feminina, pelo combate à violência contra a mulher, para ampliar a participação das mulheres na política institucional e na luta por melhores empregos e salários. Essa intensa mobilização das mulheres trouxe resultados concretos, como a Lei Maria da Penha, a maior presença das mulheres no mercado de trabalho, o ingresso e o tempo de permanência das mulheres na escola. Outro aspecto importante dessa participação, é que a luta das mulheres não ficou restrita a questões exclusivamente de gênero. Avanços na área de saúde, educação, segurança alimentar, meio ambiente - como acesso a água, esgotamento sanitário, moradia transporte e urbanização -

estão diretamente vinculados à luta dos movimentos de mulheres e é tema constante em suas pautas de reivindicação.

Em relação à segurança alimentar, a implementação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), as conferências de segurança alimentar, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), todos eles vinculados ao ODM 1 (Combater a fome e a Miséria), são frutos da luta dos diversos movimentos do campo em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e a Via Campesina. Vários programas de combate à fome e de convivência com a seca foram gestados a partir de reivindicação dos movimentos sociais. Merece destaque o Programa 1 milhão de Cisternas, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Seguro Safra, o Programa de Garantia de Preço Mínimo, além do Fome Zero, guarda-chuva de várias políticas públicas, entre elas o Brasil Sem Miséria.

No Objetivo 7, relacionado ao meio ambiente, são tratadas questões como a acesso à água potável, esgotamento sanitário, moradia, transporte, urbanização, desmatamento, emissão de gases etc. Os movimentos sociais de meio ambiente vem travando uma luta constante com os governos e setores do agronegócio para impedir o desmatamento e a degradação ambiental, o que tem contribuído para a redução da derrubada das florestas. O Movimento Nacional por Moradia e Reforma Urbana foi o grande responsável por existir hoje o Ministério das Cidades, reivindicado por mais de vinte anos. O Conselho das Cidades e as Conferências Nacionais das Cidades, os programas de moradia, como a Minha Casa, Minha Vida, e a urbanização de vilas e favelas é fruto da mobilização e pressão dos movimentos sociais urbanos.

Várias políticas implementadas hoje no país e que contribuem de forma inequívoca para o alcance das metas do milênio têm um forte componente de participação social, em especial as políticas de combate à fome e redução da miséria, de igualdade de gênero, de saúde e de meio ambiente. Essa participação social se apresenta de duas formas: Uma delas se dá por meio da militância e do ativismo político, por meio dos movimentos de luta por direitos - com atuação fortemente marcada pela intervenção política. Outra é o ativismo social, que se dá em cooperação, na ação direta, em especial nas ações de solidariedade, por meio de ONGs, instituições filantrópicas, igrejas, fundações e outras, muitas vezes financiadas por comunidades de moradores, empresas, ou conveniadas com o poder público.

Essa intensa participação da sociedade civil em uma espécie de sintonia com os governos, só foi possível em função de um novo entendimento construído pelos movimentos

sociais a partir dos anos 80. Como explica Maria da Glória Gohn, os movimentos construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia na década de 1980.

Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação, é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas. É ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas. (GOHN, 2004).

Essa explicação de Gohn vem ao encontro do novo papel assumido pelos movimentos sociais em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os movimentos sociais são atores relevantes no processo de mobilização e mudança social e isso é vivenciado no dia a dia da implantação da plataforma ODM. Segundo Gohn, “no início deste novo milênio, eles participam do processo de construção e ampliação da esfera pública”, atuando não apenas nos processos de mobilização social, mas também, como agentes de pressão político-social, como está demonstrado na atuação das lideranças sociais em relação aos ODM.

3.2 - Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Mesmo sem ter as características de um movimento social clássico, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade tem um forte componente de participação social em sua trajetória, principalmente por meio de organizações empresariais e ONGs, que acabaram dando origem ao Movimento.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade busca na participação social juntar duas formas de militância: o ativismo político e o ativismo social para cumprir seu papel. Ele se organiza, reúne suas lideranças para a tomada de decisão, articula atores locais, convoca o poder público, oferece suas ferramentas e capacitação teórica e prática e, ao mesmo tempo, as instituições coligadas ou filiadas ao Movimento executam a sua atividade fim de acordo com sua orientação institucional. O que se vê é a junção do discurso e da prática nos fundamentos da cidadania e da solidariedade.

Não dá para falar do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade sem remeter aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, uma vez que as principais finalidades da criação do Movimento eram conscientizar e mobilizar a sociedade civil para o alcance dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, até 2015, conforme foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000.

Nesta monografia, pretende-se analisar o alcance da mobilização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, sua forma de organização e sua atuação. A finalidade principal é tentar entender a importância da articulação do Movimento Nacional, sua capacidade real de mobilização, processos de capacitação de lideranças, instrumentos e ferramentas utilizadas e a estrutura criada para atingir seus objetivos.

Assim, é necessário começar a análise a partir da criação do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2004. O Movimento nasceu durante reunião realizada em São Paulo com um grupo de empresários comprometidos com os conceitos de responsabilidade social das suas empresas. A ideia partiu do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em 1998 conheceu a experiência de um empresário gaúcho, Daniel Tevah, e se inspirou na sua história de solidariedade para propor a criação do Movimento.

Tevah teve a iniciativa de transformar sua fábrica de roupas em fornecedora de outros produtos têxteis para associações filantrópicas. Há vários anos, sempre no terceiro sábado do mês de maio – que seria um dia de folga – todos os funcionários do Grupo Tevah – Indústria e Comércio de moda masculina – comparecem ao trabalho, voluntária e espontaneamente, para com o apoio financeiro e logístico da empresa, produzirem exclusivamente para entidades assistenciais escolhidas pelos próprios trabalhadores. Esse dia ficou conhecido como o Dia da Solidariedade.

A história começou quando Tevah descobriu que a maioria dos recursos doados anualmente não era suficiente para pagar sequer os funcionários de creches e asilos. Assim, ele transformou um dia da sua empresa em fábrica de doação. Desde o início, em 1998, a adesão dos trabalhadores ao Sábado Solidário foi total. As famílias dos funcionários também aderiram para ajudar na produção de cobertores, lençóis, pijamas de lã para idosos, abrigos infantis, macacões para recém-nascidos etc, para serem doados a asilos e creches.⁴⁵

Foi com base nesta história e com o objetivo de aglutinar empresas e empresários e provocá-los à reflexão sobre o impacto das ações de responsabilidade social para a emancipação das comunidades beneficiárias por estas ações, que o ex-presidente Lula sugeriu

45 ISTOÉ DINHEIRO, São Paulo: Três, n.195, 11 mai. 2000. Matéria-**História de um Voluntário**.

a criação de um movimento nacional. A ideia defendida pelo ex-presidente era que o Movimento a ser criado fosse capaz de modificar o conceito conservador da responsabilidade social, historicamente estruturado e baseado em ações assistencialistas, que são insuficientes para promover a inclusão social.

Além de funcionar como indutor da mobilização da sociedade civil, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade ganhou novos desafios: convencer empresas e empresários a adotarem uma nova estratégia de responsabilidade social, sem cair no assistencialismo, para emancipar as comunidades atendidas. A forma de mobilização do Movimento se dá por meio de uma ferramenta conhecida como Círculo de Diálogo⁴⁶, que vem sendo utilizada com sucesso, principalmente no estado do Paraná, sede do Movimento Nacional.

Tendo como bandeira a luta para que o Brasil alcance as Metas do Milênio, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade vem intensificando suas ações nos municípios, o que se convencionou chamar municipalização dos ODM, ou seja, expandir para os municípios as estratégias de mobilização e de disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O caminho ainda está sendo percorrido, mas, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade é uma realidade e seus frutos já estão espalhados por todo o Brasil. Hoje, o Movimento Nacional é integrado, em sua maioria, por voluntários, mas congrega empresas, associações e organizações sociais, entidades de classes profissionais, sindicatos, ONGs, fundações, institutos, universidades, representantes dos poderes públicos, movimentos religiosos e igrejas, grupos, segmentos, comunidades, entre outros. Isso dá a dimensão da profusão de atores envolvidos com o propósito de concentrar suas energias cívicas na sustentabilidade das várias iniciativas sociais espontâneas e dispersas que servem para mobilizar a sociedade.

Assim, fica claro que o Movimento Nacional não é uma instituição. É sim, em sua plenitude, um espaço de articulação e um ponto de encontro de pessoas que lutam pelo mesmo fim. O Movimento tem uma pauta definida e um tempo de existência pré-determinado, ou seja, o Movimento foi criado para mobilizar a sociedade civil a ajudar o Brasil a alcançar as metas do milênio até 2015, prazo estabelecido pela ONU.

Dada a sua composição diversificada, o Movimento Nacional é apartidário, ecumênico e plural. Os atores sociais que integram o Movimento em cada estado têm suas próprias ações

46 Disponível em: <<http://www.nospodemos.org.br>>

e agendas e não seguem a lógica da verticalização, de cima pra baixo. O Movimento Nacional atua de maneira descentralizada tendo a sua unidade de ação o compromisso de trabalhar, à sua maneira, por um mundo melhor e mais justo referenciado na plataforma dos ODM.

No início, o Movimento ficou restrito à cidade de São Paulo, até que em 2006, surge no estado do Paraná, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade – Nós podemos Paraná, que montou uma estrutura para apoiar a organização do movimento, com espaço físico, pessoal e equipamentos. Essa estrutura ultrapassou os limites paranaenses e até hoje é responsável pela mobilização social em prol dos ODM em todo o Brasil. Ou seja, a experiência do Nós Podemos Paraná qualificou as lideranças do estado a assumirem, a partir de 2009, a Secretaria Executiva do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Foi também a partir de 2009 que o Movimento ampliou seu raio de ação, incorporando outras organizações sociais comprometidas com essa agenda.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade tem pautado suas ações por meio da mobilização e articulação de lideranças sociais com a finalidade de implantar e fortalecer Núcleos Estaduais e Municipais dos ODM. Atualmente, em todos os estados brasileiros estão funcionando os Núcleos Estaduais dos ODM, que servem como desaguadouros das ações do Movimento Nacional, são mobilizados pelo Movimento Nacional e funcionam com o objetivo principal de mobilizar a sociedade para impulsionar e disseminar os ODM em todo o Brasil⁴⁷. Alguns municípios também contam com Núcleos Municipais e estão sendo expandidos nesse momento os Núcleos Regionais em algumas localidades de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A forma de interação do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade se dá por meio de redes. Na definição de Ilse Scherer-Warren, conceitualmente, existem três níveis de relações em redes: redes sociais, coletivos em rede e rede de movimentos sociais, “as quais empiricamente interagem e se complementam, mas enquanto categorias analíticas devem ser diferenciadas.”⁴⁸ Segundo ela, as redes sociais refere-se a uma comunidade de sentido na qual os atores sociais são os nós da rede, ligados entre si pelos laços dela, como as redes de parentesco, de amizade, redes comunitárias variadas (religiosas, recreativas, etc). Já as redes organizacionais de mobilização da sociedade civil ou redes propositivas de políticas sociais

⁴⁷ DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DO MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE – NÓS PODEMOS. Disponível em: <www.nospodemos.org.br>.

⁴⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória. Caderno, CRH, Salvador, v.21, n.54, p.505-517, Set./Dez. 2008

ou públicas ocorrem entre coletivos em rede e rede de movimentos sociais. (SCHERER-WARREN, 2008).

No caso do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, uma de suas formas de integração se dá por meio de coletivos em rede. Para Scherer-Warren, “coletivos em rede refere-se a conexões entre organizações empiricamente localizáveis”. Como exemplo, ela cita as articulações entre Ongs de um mesmo eixo temático, como educação popular, questões de gênero, e outras, que compõe fóruns setoriais ou intersetoriais da sociedade civil e outras articulações em defesa da cidadania. (SCHERER-WARREN, 2008). No âmbito do Movimento Nacional há também Núcleos Temáticos, que são formados a partir de uma identificação com um determinado mote. Abriga também Núcleos integrados por diversas Ongs e entidades da sociedade civil que não têm entre si identificação temática, mas que buscam a mesma finalidade: ajudar o Brasil a alcançar as Metas do Milênio.

O Movimento é também uma rede de movimentos sociais, dentro do novo conceito de sociedade civil defendido por Scherer-Warren. O Movimento Nacional cria novos espaços de governança ao trabalhar a parceria entre sociedade civil e governos - com ênfase na participação social; mesmo sendo nacional, articula ações locais e regionais; tem autonomia nas suas ações, mas respeita as diferenças regionais, além de defender a radicalidade democrática. Essas características se encaixam na definição de Scherer-Warren, para quem a sociedade civil organizada no novo milênio tende a ser:

Uma sociedade de redes organizacionais, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. As redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; fronteiras temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos, representados por diversas gerações históricas destes e de suas respectivas plataformas; fronteiras sociais, em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Esta é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com a defesa da democracia na diversidade. (SCHERER-WARREN, 2008).

A professora Marlise Matos destaca que a descentralização e a participação passaram a ser vistos como ingredientes fundamentais na reorientação das políticas sociais de forma a assegurar a equidade e para a inclusão de novos segmentos da população na esfera estatal⁴⁹. Com essa reorientação, segundo a professora, surgiram novas formas de articulação do Estado

⁴⁹ MATOS, Marlise. **Cidadania porque, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusivas**. Texto de estudo do curso Democracia Participativa e Movimentos Sociais. Belo Horizonte:UFMG, 2010/2012.

com a sociedade civil, com a participação de Ongs, das comunidades organizadas e do setor privado na provisão de serviços públicos⁵⁰. Ou seja, o Estado brasileiro também mudou para amparar as novas pressões por participação social.

A coordenadora do Movimento Nós Podemos Paraná, Maria Aparecida Zago Udenal, explica que, incentivados pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, os gestores locais procuram dar a institucionalidade necessária para o funcionamento dos Núcleos de ODM, além de adotarem a plataforma ODM como um novo instrumento de gestão na administração pública.

As ações desenvolvidas pelo Movimento nesse sentido é quase que exclusivamente “juntar as pontas”. Segundo a coordenadora, “havendo governos, empresas e organizações dispostos a trabalhar voluntariamente pelos ODM, as possibilidades são extraordinárias, pois representam a chance de se obter melhorias nas condições de vida das localidades, independentemente das condições em que se encontram”. As limitações, segundo ela, referem-se principalmente “à falta de recursos financeiros para dar suporte à implantação, capacitação e funcionamento dos Núcleos, já que é fundamental uma estrutura mínima para que o trabalho frutifique”⁵¹.

Ela explica ainda que a metodologia adotada pelo Movimento é “simples e sem burocracia, além de ser possível replicar em qualquer localidade, e, se for o caso, com adaptações necessárias”. Segundo a coordenadora, o Movimento propõe como estratégia de trabalho a atuação a partir de cinco eixos:

- Voluntários: envolvimento de pessoas é que garante a realização de qualquer tipo de atividade;
- Diálogo: as iniciativas devem partir do diálogo entre interessados em colaborar com ações voluntárias para o desenvolvimento local;
- Informações: o diálogo precisa ter como base informações organizadas que orientem as conversas, as decisões e as ações;
- Parcerias: a superação dos desafios será mais facilmente conseguida numa ação colaborativa entre empresas, governos, ONG e sociedade;
- Projetos: os projetos é que possibilitarão concretizar ideias em ações, que levarão as transformações desejadas.

O coordenador do Movimento Nós Podemos em Santa Catarina, Odilon Faccio, lembra que o Movimento tem característica própria e, embora seja bastante voluntário, tem o

⁵⁰ IBID

⁵¹ Entrevista concedida em 13 jul 2012.

mérito de abrir espaço para a energia das pessoas e organizações e tem um potencial enorme por estar presente em todas as regiões e estados, articulando diferentes atores. “Seria a voz da sociedade na implementação dos ODM, os principais interessados para que o país, estados e municípios alcancem e superem as metas fixadas”.⁵²

Ele aponta, no entanto algumas dificuldades, mas que no seu entendimento não são limitadoras das ações; “Os limites são a autonomia financeira, que o movimento não tem. Portanto, seriam necessárias ações específicas neste aspecto para que o movimento tenha autonomia e possa andar com as próprias pernas. Outro limite é a dificuldade de pactuar diferentes culturas organizacionais dos atores presentes no movimento”.⁵³

Segundo Faccio, organizações ligadas ao setor empresarial são mais pragmáticas, enquanto as organizações da sociedade civil apostam mais nos processos participativos. “Não tem sido conflituoso porque há um forte interesse comum em torno do alcance dos ODM, porém é necessário avançar na institucionalização e representação nacional do movimento”, defende⁵⁴.

Na avaliação de Lenice de Moraes, do Movimento Nós Podemos Alagoas, a presença do Movimento nos Estados possibilita maior esclarecimento de temas importantes para sociedade como um todo e permite que sejam desenvolvidos projetos de intervenção e integração com a comunidade. Concordando com Faccio, ela também critica a falta de recursos financeiros e humanos como fatores que dificultam as ações do Movimento.

Apenas para a compreensão, os Núcleos de ODM nos estados e nos municípios foram batizados de Nós Podemos, em alusão à campanha “Nós Podemos: 8 jeitos de mudar o mundo”, estratégia brasileira de divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A campanha foi criada em 2005 pela equipe da agência de publicidade McCann-Erickson e coordenada pelo publicitário Percival Caropreso, a convite do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, e do Instituto Ethos.

Foi a partir do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade que nasceu a campanha. Foram desenvolvidos oito ícones representando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que estão sendo utilizados no Brasil, na sede das Nações Unidas e em alguns países.

52 Entrevista concedida em 4 jul. 2012.

53 Entrevista concedida em 4 jul. 2012.

54 Entrevista concedida em 4 jul. 2012.

Premiada internacionalmente, a campanha brasileira de divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio conseguiu fazer com que as metas adotadas pelos países da ONU se tornassem mais conhecidas da sociedade.

São com ações multidimensionais que o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade tem dado a sua contribuição aos ODM. O Movimento vem, nesse sentido, contribuir para que sejam formatados novos arranjos institucionais e novas formas de gestão. Da mesma maneira, os governos locais também contribuem para essa finalidade. Nessa via de mão dupla, governos e sociedade civil, juntos, redesenham a forma de se fazer inclusão social e de resgatar a cidadania para milhares de pessoas alijadas deste processo.

3.3- SITE

Outra iniciativa criada pelo movimento foi a criação de sites (www.nospodemos.org.br; www.portalodm.org.br) visando estabelecer uma política de comunicação com governos e sociedade civil. O site www.nospodemos.org.br traz informações sobre a organização, conceitos, concepção e notas importantes relativas à agenda de trabalho do Movimento Nacional, cronograma de trabalho e notícias sobre as principais ações em prol dos ODM desenvolvidas no Brasil e nos estados. Alguns Núcleos Estaduais têm seus próprios sites, como exemplo, os Núcleos da Paraíba, Oeste do Paraná, Santa Catarina, entre outros

Já o site www.portalodm.org.br tem a finalidade de acompanhar a situação dos ODM. O objetivo deste site é permitir que qualquer cidadão acompanhe a realidade de seu município e envolvê-lo no processo de implementação de políticas públicas. Também as empresas podem contar com um instrumento importante na definição de suas ações de responsabilidade social em nível municipal.

O portal ODM foi desenvolvido pelo Observatório de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis), programa SESI do Paraná, Sistema FIEP, Instituto de Promoção do Desenvolvimento, sob a coordenação do PNUD e apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Movimento Nós Podemos Paraná, Núcleo de Apoio a Políticas Públicas (Napp), Ministério do Planejamento e Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nesse site é possível encontrar indicadores de forma organizada e linguagem de fácil compreensão. As informações são atualizadas em tempo real, de acordo com a disponibilidade dos dados oficiais, e podem ser consultadas em relatórios dinâmicos que incluem números,

gráficos e comparativos com as Metas do Milênio, além de um sistema de informação da ONU, o DEVInfo, que permite gerar relatórios próprios.

O Movimento, a Secretaria-Geral e o PNUD administram, ainda, o site www.odmbrasil.gov.br, com informações exclusivas sobre o Prêmio ODM Brasil e notícias gerais sobre as Metas do Milênio.

3.4 - PORTAL ODM

Um dos importantes desafios para o efetivo exercício da cidadania, na qual se inclui a participação social nas políticas públicas, é o acompanhamento dos temas de interesse nacional e a garantia de acesso a informações confiáveis e de fácil compreensão pela maioria da população.

Um dos mecanismos desenvolvidos para disseminar informações é o Portal ODM (www.portalodm.com.br), criado em 2009 por meio de parceria entre o SESI Paraná, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O Portal reúne indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio dos 5.565 municípios brasileiros. Essas informações são úteis para os gestores públicos, uma vez que permitem conhecer a realidade de seus municípios, e a partir daí, elaborar políticas públicas. Os dados são igualmente importantes para as empresas, ao permitir desenvolver ações de responsabilidade social tendo os indicadores como referência, e ao Terceiro Setor, como mecanismo de planejamento de ações. A população também se beneficia porque essa ferramenta permite avaliar as políticas públicas e a qualidade de vida em sua cidade.

No Portal ODM, as informações são apresentadas de maneira simples, com gráficos e textos explicativos, o que faz com que o site receba um número significativo de acesso: até o final de 2011, o Portal ODM recebeu 500 mil acessos.

O Portal ODM é um sistema de informações ambientais, econômicas e sociais sobre os ODM de todos os municípios brasileiros. Por meio do Portal gestores e sociedade civil podem acompanhar o desempenho de projetos e, a partir das informações, planejar e monitorar ações para as cidades alcançarem os oito ODM.

3.5 - Observatório de Indicadores de Sustentabilidade Social (ORBIS)

O Observatório de Indicadores de Sustentabilidade Social (ORBIS) é uma iniciativa do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema FIEP), do Serviço Social da Indústria (SESI-PR) e do Instituto de Promoção de Desenvolvimento (IPD), que foi criado em 2004, para contribuir com o desenvolvimento sustentável por meio da análise e do monitoramento da prosperidade e da qualidade de vida da população. O objetivo é produzir informações qualitativas para o acompanhamento dos indicadores de todos os estados e municípios brasileiros. Inspirado no Observatório Global Urbano (GUO), da ONU, o Orbis torna essas informações disponíveis e acessíveis a um grande número de pessoas, para que o exercício da cidadania possa ser minimamente realizado. Qualquer pessoa, independente da atividade que exerça, pode acompanhar os indicadores de seu município e, assim, participar e controlar as políticas públicas.

Em 2004, o Orbis tinha a função de organizar e monitorar sistemas de indicadores de sustentabilidade, produzir metodologias estudos e análises, disponibilizar sistemas de informações para subsidiar a tomada de decisões e o processo de gestão dos projetos que promovam o desenvolvimento, e potencializar ações empresariais voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Isso significa que a atuação do Orbis era restrita ao universo empresarial. Mas, a partir de 2006, em parceria com o Movimento Nacional, o Orbis ficou mais perto dos cidadãos. O Movimento Nós Podemos Paraná começou estimular a mobilização da sociedade para o acompanhamento dos indicadores de monitoramento dos ODM para se engajar em práticas que contribuem para o alcance das metas. Com isso, cidadãos, gestores públicos, empresas e voluntários passaram a receber mais elementos para compreender a realidade local. Assim, está sendo possível definir com mais clareza projetos e ações a ser implantados, verificar resultados e assumir plenamente a cidadania, acompanhando as ações do poder público.

A combinação entre a atuação do ORBIS/ SESI-PR do Movimento Nós Podemos tem tido um efeito retroalimentador que faz com que a informação leve à participação e esta, por sua vez, demande por informações. Os indicadores coletados pelo Orbis foram debatidos, de 2006 a 2011, em 390 municípios paranaenses, com ampla participação social. O ORBIS é uma ferramenta importante de apoio às ações dos Núcleos Nós Podemos estaduais e municipais, dos estados e dos municípios.

Uma das principais lições aprendidas a partir da parceria entre o Observatório e a sociedade é que, ao empoderar a comunidade com informações, fomentar o diálogo,

incentivar a cidadania organiza-se uma força poderosa de transformação cidadã capaz de contribuir para um mundo mais justo.

3.6 - DEVInfo

Profissionais que necessitem de informações mais aprofundadas e personalizadas, além de utilizarem o Portal ODM, podem usar também o sistema de informações gratuito DevInfo. Trata-se de um sistema de informações usado pela ONU para monitorar os ODM em todo o mundo e adaptado pelo ORBIS à realidade brasileira. O sistema permite construir tabelas, gráficos e mapas para facilitar a visualização dos dados e ilustrar apresentações e relatórios.

O DEVInfo é um sistema que permite fornecer acesso rápido e fácil a informações essenciais ao desenvolvimento de localidades, políticas públicas e projetos sociais. Com esse sistema é possível analisar indicadores nacionais, regionais e locais, que são importantes para a tomada de decisões e a identificação de prioridades.

O Sistema organiza os dados por indicador, período, região geográfica e fontes, além de gerar relatórios e apresentações animadas. A base dos dados DEVInfo-Portal ODM foi desenvolvido pelo Orbis para monitorar o alcance dos ODM em todos os municípios brasileiros. Essas informações estão disponíveis no portal ODM. (www.portalodm.org.br). No site www.devinfo.org encontra-se a versão administrativa do DevInfo para desenvolver sistemas próprios de informação.

3.7 - Cursos a Distância

Para disseminar os ODM e qualificar cidadãos interessados no tema, o SESI/PR criou em 2010, os cursos a distância: “Indicadores para avaliar e monitorar políticas, programas e projetos” e a “Mobilização em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

O curso de Mobilização em prol dos ODM é realizado em 16 horas, na modalidade a distância, e apresenta a definição dos ODM, o passo a passo para organizar um Núcleo Estadual/Municipal e os instrumentos para capacitar os participantes dos Círculos de Diálogos. O curso também tem a finalidade de disseminar as boas práticas do Movimento

Nacional pela Cidadania e Solidariedade para todo o Brasil e para os países de língua espanhola.

O curso foi criado em parceria com o Instituto das Nações Unidas para o Treinamento e a Pesquisa (UNITAR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Desde novembro de 2010, 1.889 pessoas se matricularam no curso.

Hoje, várias lideranças sociais se capacitaram por meio do curso. Uma delas é Edileusa Sena, de Camaçari (BA). Os ensinamentos do curso permitiram a ela realizar oficinas de elaboração de projetos para jovens da sua cidade e buscar patrocínio para os melhores projetos desenvolvidos. “Com o curso eu me qualifiquei e hoje passo adiante tudo o que eu aprendi. Essa é uma forma de divulgar os ODM e de ajudar o Brasil a cumprir as metas”.⁵⁵

Segundo dados da pesquisa de avaliação realizada pelo SESI/PR, 99,56% dos alunos responderam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o curso. A matrícula é gratuita e pode ser feita nos sites www.sesipr.org.br (Mobilização em prol dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) e www.orbis.org.br/curso/1cursos/curso-a-distancia-indicadores (Indicadores para avaliar e monitorar políticas, programas e projetos).

3.8- Círculos de Diálogo

Uma das formas de mobilização e disseminação dos ODM adotadas pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade são os Círculos de Diálogo, encontros que envolvem os três setores da sociedade e servem para incentivar o trabalho voluntário transformador, a cidadania, a solidariedade, o empreendedorismo, a cooperação e as ações de promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento local sustentável.

Para serem realizados, os Círculos de Diálogo devem contar com uma variada participação de atores da sociedade civil, indústrias, empresas, governos, comunidade acadêmica, líderes sociais, conselheiros de políticas públicas, especialistas, e outros.

Desde 2006, esse trabalho é realizado em parceria com o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial (CPCE), com o ORBIS, indústrias locais e prefeituras, e conta com o apoio da United Nations Volunteers (UNV/ONU) e do PNUD.

Os Círculos de Diálogo utilizam a metodologia baseada na Investigação Apreciativa, cujo foco principal é o diálogo positivo, visando traçar um plano de ação voltado para as

55 Entrevista realizada em 22 jul.2012

prioridades da comunidade. Os participantes são distribuídos em mesas de diálogo, compostas, preferencialmente, por representantes dos três setores da sociedade. Isso permite a troca de experiência e a efetiva contribuição que cada setor pode oferecer em prol dos ODM. O produto final desta atividade, com duração média de 4 horas, é a formação de um Núcleo Estadual/Municipal de ODM.

Os Círculos de Diálogo também podem ser realizados com grupos interessados em temas específicos, como saúde, educação, gênero, meio ambiente, entre outros, e podem ainda ser realizados em empresas, universidades, sindicatos, igrejas, associações comunitárias etc. Isso facilita a forma de atuação em áreas de interesses específicos.

Segundo dados do Movimento Nacional, os Círculos de Diálogo já foram aplicados em 20 estados do Brasil, com a finalidade de buscar o fortalecimento dos Núcleos Estaduais e Municipais. De 2006 até março de 2012, foram realizados 541 círculos de diálogo em 467 municípios.

A metodologia dos Círculos de Diálogo é uma tecnologia social utilizada em processos de mobilização.

3.9 - Desafios pós Rio+20

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio saíram fortalecidos pós-reunião do Rio+20, uma vez que os compromissos reafirmados ali já estavam preconizados na Declaração do Milênio, que instituiu os ODM. A conferência ocorreu no Riocentro, nos dias 19 a 22 de junho de 2012, com a presença de mais de 140 chefes de estado e da sociedade civil organizada de quase todos os países do sistema ONU.

Fruto positivo da Rio+20 foi elaboração de um documento final, depois de um longo processo de negociação, tendo a liderança do Brasil. Havia o risco de não se chegar a nenhum documento final. Outro avanço importante foi a afirmação clara de que a pessoa humana está no centro do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento deve superar a extrema pobreza e garantir a qualidade de vida da população. O conceito de desenvolvimento sustentável deve se apoiar em três pilares: econômico, social e ambiental.

Ficou claro também que até 2015 o compromisso é com os ODM. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que serão criados para complementar os ODM, vão entrar em vigor a partir 2015, quando termina o prazo para que os países cumpram as Metas

do Milênio. Até 2015, novos debates vão ocorrer para definir claramente quais serão os ODS e como serão aferidos.

Na Rio+20, as organizações da sociedade civil mostraram que cumprem papel determinante na promoção de mudanças nas políticas públicas e nas decisões dos governos. Também ficou explícito que a solução para as graves questões postas na conferência depende da interação de dois sujeitos: governos e sociedade civil organizada. A conferência, como disse a Presidenta Dilma, “não é um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida”.

Em uma de suas declarações na Rio+20, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, disse que a participação da sociedade civil saiu fortalecida do encontro e que nada mais será feito sem levar em consideração o que pensa o movimento social mundial. “Os governos permanecem no centro, mas sabemos que os governos sozinhos não podem fazer o trabalho. Precisamos da participação ativa e do apoio de todos os principais grupos da sociedade civil, incluindo o setor privado”, destacou.

Outra declaração de Ban Ki-Moon, feita em 28 de junho de 2012, durante encontro na Assembleia Geral da ONU, em Nova York⁵⁶, celebra a Rio+20 e reconhece que a participação da sociedade civil e do setor privado teve um papel sem precedentes no encontro. Ban Ki-Moon faz alusão ainda ao documento final intitulado “O Mundo que Queremos”, que segundo ele, trouxe uma base sólida para construir um futuro sustentável. Entre os vários pontos destacados na declaração de Ban Ki-Moon sobressai a questão dos ODS, que estão baseados em avanços no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e serão parte integral do quadro de desenvolvimento pós 2015. O documento enfatiza também a importância da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

A presidenta Dilma Roussef fez referências ao documento final em seu pronunciamento durante o evento. Segundo ela, o documento é produto de consenso, não retrocede em relação às conquistas da Rio 92, avança muito em concepções e lança as bases para o desenvolvimento sustentável. A presidenta destacou ainda o combate à pobreza com ação central para o desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 contou com uma expressiva participação social. Cerca de 30 mil lideranças estiveram reunidas na Cúpula dos Povos, o que faz do encontro brasileiro o maior da ONU em número de participantes. Segundo a presidenta Dilma foi uma “festa cívica nas ruas do Rio de Janeiro”.

56 Declaração de Ban Ki-Moon, na Assembleia Geral da ONU, para comentar os resultados da Rio+20, disponível em <www.rio20.gov.br>

A Cúpula dos Povos divulgou o documento “Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida”, um contraponto ao documento oficial. O texto diz que:

os movimentos sociais presentes vivenciaram a construção de convergências e alternativas de outra relação entre humanos e entre humanidade e a natureza, assumindo o desafio de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de lutas, novos paradigmas de sociedade.

Ainda segundo o documento, a Cúpula dos Povos foi o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais. Muito crítico à conferência oficial, o texto registra que as instituições financeiras multilaterais, as coalizões como o G-8 e G-20, e a maioria dos governos demonstram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta. Diz ainda que “as mobilizações da Cúpula dos Povos fortaleceram a convicção de que só o povo organizado e mobilizado poderá libertar o mundo do controle do capital financeiro que avança contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade”.

O documento termina afirmando que a transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas comuns a partir das resistências e proposições necessárias para disputar essa nova agenda em todos os cantos do planeta. As organizações sociais apontaram rumos para um mundo que queremos e precisamos. Os responsáveis pelos governos teceram consensos para construir um mundo possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as causas que provocam a exclusão e a desigualdade social. Desta maneira, há uma preocupação de organismos internacionais - como a ONU - e de governantes que comungam na cartilha da inclusão social de combater os principais problemas que provocam injustiças e desigualdades sociais. O propósito é possibilitar o desenvolvimento de todo cidadão em relação aos direitos humanos e de incluir os excluídos.

O pacto firmado em 2000, em torno das Metas do Milênio, com 191 países por meio da ONU, pode ser considerado uma boa estratégia para estimular a implementação de políticas públicas com participação social conforme tentei demonstrar nesta monografia.

Este trabalho teve como objetivo avaliar a participação social como ferramenta fundamental para que o Brasil alcance as Metas do Milênio, considerando que o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade é o catalisador do processo de mobilização da

sociedade. Para entender o Movimento Nacional é necessário quebrar alguns paradigmas, uma vez que não se trata de um movimento social tradicional. Portanto, sua atuação difere muito do caráter reivindicatório presente na alma dos movimentos sociais.

É inovadora a experiência de mobilização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Nesta monografia procurou-se identificar como o Movimento se organiza, quais são seus fundamentos, quais ferramentas são utilizadas, qual a sua estratégia e qual é o seu plano de ação.

O Movimento surge em 2004 com o objetivo específico de mobilizar a sociedade brasileira para o cumprimento das Metas do Milênio até 2015. O Movimento já nasce com a visão de que a participação social é imprescindível para a implementação de políticas públicas e, conseqüentemente, para a melhoria dos indicadores sociais do país.

A história do Movimento começou quando um grupo de empresas se organizou para garantir a sustentabilidade de suas ações de responsabilidade social. Por meio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o então presidente do Sistema FIEP, Rodrigo da Rocha Loures, organizou uma seção do movimento no Paraná. Através do SESI foi criada uma estrutura com a finalidade de estudar e discutir formas e meios para que o estado do Paraná se mobilizasse e conseguisse atingir as metas antes de 2015.

Em função dos surpreendentes resultados obtidos com a experiência paranaense no processo de mobilização, a partir de 2009 o Movimento Nacional se expande pelo restante do país. O Prêmio ODM Brasil, lançado em 2005 pelo governo brasileiro, passa a ser o trilho principal por onde é conduzida essa discussão e traçado um novo arranjo organizativo do movimento.

A pouca experiência de mobilização popular não foi impeditiva para que o Movimento se firmasse nacionalmente. O Movimento Nacional nasce e se fortalece utilizando-se de vários mecanismos e ferramentas inovadoras de mobilização, a começar pela adoção do método de Investigação Apreciativa. A mobilização social utilizada pelo Movimento é ancorada na metodologia dos Círculos de Diálogo, encontros que têm a finalidade de reunir uma grande diversidade de lideranças sociais e políticas interessadas na temática dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e, com isso, acabam sendo um instrumento de aproximação dos cidadãos com a plataforma ODM.

O Movimento utiliza, ainda, outras ferramentas operacionais, entre elas, o Observatório de Indicadores de Sustentabilidade Social (ORBIS) e o DevInfo, sistemas que permitem acompanhar e monitorar os indicadores de ODM em todos os municípios brasileiros. O Portal ODM é outra ferramenta utilizada para dar publicidade às ações do

Movimento e para prestar informações aos cidadãos e cidadãs que querem se apropriar da plataforma dos ODM.

O Movimento Nacional se preocupou também em preparar pessoas para trabalhar com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Para isso, dispõe de cursos a distância, gratuitos. E, para reconhecer o esforço das administrações municipais e das empresas que executam projetos e programas em prol dos ODM, o Movimento criou um selo social, que tem também a finalidade de atrair o setor privado para essa causa. Esse “arsenal” de ferramentas e instrumentos serve para demonstrar o comprometimento do Movimento Nacional com os ODM, além de revelar que existe, de fato, uma acumulação de forças para enfrentar o grande desafio de ajudar o Brasil a cumprir as Metas do Milênio.

O Brasil apresenta, na média, bons resultados em relação aos ODM. A implantação de políticas públicas de inclusão social vislumbra a possibilidade de o país conseguir cumprir todas as Metas do Milênio até 2015. Uma parte delas já foi cumprida e ultrapassada, entre elas, a meta de combate à fome.

No entanto, surge um novo desafio, tanto para o país, quanto para o Movimento Nacional: assegurar que os benefícios alcançados pelo Brasil sejam também compartilhados por todos os cidadãos brasileiros. Isso significa dizer que o cumprimento das metas tem que atingir a todos os brasileiros, não mais pela média. Ou seja, ainda existem milhares de pessoas que vivem com indicadores sociais abaixo da média, sem poder exercer a sua cidadania, sem acesso aos seus direitos básicos e elementares para ter o mínimo de dignidade, que precisam ser resgatadas. Os ODM permitem isso.

Diante das dificuldades de os países cumprirem as metas até 2015, a ONU sugeriu, em 2010, que fosse desencadeada uma campanha pela municipalização das Metas do Milênio que seja capaz de levar os ODM aos municípios, de organizar a sociedade civil e de induzir o comprometimento do poder público local para a implementação de ações que revertam o quadro de exclusão social. Para que a municipalização aconteça é preciso criar Núcleos Municipais de ODM, formar e capacitar lideranças sociais e gestores públicos.

Para o Movimento Nacional, ao utilizar suas ferramentas de disseminação das Metas do Milênio, em parceria com o PNUD, empresas estatais, governo federal, e estaduais e municipais, além de lideranças sociais ocorrerá, inevitavelmente, o empoderamento da população em torno desta agenda.

Essa ascensão da sociedade civil criará um círculo virtuoso em torno dos ODM. O empoderamento social poderá ter como resultado a pressão a agentes públicos para enfrentar os desafios postos em cada localidade, dando, assim, respostas às demandas vindas da

sociedade, que por sua vez se transformam em compromisso público e se fortalecem como políticas públicas, fechando assim o círculo virtuoso. Com isso, fica evidente que o acesso aos direitos sociais amplia a cidadania e fortalece a democracia.

As Metas do Milênio não são mágicas, portanto, para alcançá-las é essencial que se façam investimentos, que as políticas públicas sejam melhoradas e ampliadas, e que seja concretizada a capacidade institucional para implementar medidas práticas.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, apesar de novo, tem grande potencial para se tornar uma forte rede, com algumas vantagens em relação aos movimentos sociais tradicionais: utiliza ferramentas já testadas e aprovadas, têm metas fundamentadas e estruturadas que são capazes de responder com agilidade os seus propósitos. Outra arma poderosa do Movimento Nacional - esta comum aos movimentos sociais tradicionais - é o compromisso de suas lideranças com a causa dos ODM.

É claro que isso não ocorreu por acaso. Não é possível descartar a experiência acumulada dos movimentos sociais do Brasil nas últimas décadas e as conquistas sociais obtidas através do processo organizativo desses movimentos, especialmente a partir dos anos 80. O que ficou da junção desses dois modelos de organização é a possibilidade de colocar o Brasil na vanguarda em relação à implantação da agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a partir de 2015, ancorado nos pilares econômico, social e ambiental.

No entanto, nem tudo está resolvido. Um ponto vulnerável para a consolidação de todo o projeto dos ODM é o financiamento do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade em nível nacional, estadual e municipal. No estado do Paraná, por força da FIEP, instituição âncora do Movimento Nacional, existe uma estrutura viável em caráter nacional e que também apoia às ações nos estados e municípios.

Caberia aprofundar outro aspecto que não é objeto desta monografia. Trata-se da importância ou não da institucionalização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, uma vez que existem dificuldades operacionais em função da ausência de personalidade jurídica do Movimento.

Mesmo diante dos problemas descritos, concluo esta monografia com a certeza de que o Brasil só vai cumprir as Metas do Milênio até 2015 se houver uma vigorosa participação social e o interesse real de gestores públicos em implantar essas metas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Debora Cristina Rezende; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. *O potencial dos conselhos de políticas na alteração da relação entre estado e sociedade no Brasil. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 28 a 31 de Julho de 2009. Rio de Janeiro (RJ).*
- ANASTASIA, Fátima. *Federação e Relações Intergovernamentais. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.*
- _____ e INÁCIO, Magna. *Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades. Fevereiro de 2006 (no prelo).*
- ARATO, Andrew. *Representação, Soberania popular, e Accountability. Revista Lua Nova, n. 55, São Paulo, 2002.*
- AVRITZER, Leonardo. *Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Revista Opinião Pública. vol.14, Campinas, 2008.*
- AVRITZER, Leonardo. *“Teoria Democrática e Deliberação Pública”.* Revista Lua Nova, v. 49, São Paulo, 2000.
- AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para ampliar o Cânone Democrático.*
- AVRITZER, Leonardo. *“Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação”.* Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, n. 3, 2007, pp. 443 a 464.
- _____ e PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas. Teoria e Sociedade. Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte: UFMG, 2005.*
- AVRITZER, Leonardo. *“Democracia Participativa: Experiências Nacionais de Participação Social”.* Minas Gerais: Editora Cortez, UFMG, 2009.
- BRASIL. *Publicação da Secretaria Geral da Presidência - Conselhos Nacionais – Brasília, 2010.*
- DAYRELL In: *Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. [texto do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais]. Belo Horizonte: UFMG, 2009.*
- FARIA, Cláudia Feres. *“Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman”.* Revista Lua Nova, São Paulo, v 49: 47-68, 2000. In: *Revista de Ciências Sociais, Vol. 50, Rio de Janeiro, 2007.*

- GOHN, Maria da Gloria (org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: vozes, 2003.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. *Comunicação, Comunidades e os Desafios da Mobilização Social*. [S.I.], [s.n.].
- _____ e BRAGA, Clara S & MAFRA, Rennan L.M. *Planejamento de Comunicação para projetos de mobilização social: em busca da co-responsabilidade*. [S.I.], [s.n.].
- MATOS, Marlise. “*Cidadania porque, quando, para que e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusiva*”. [S.I.], [s.n.].
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliorquias*. *Revista Lua Nova*, n. 44, São Paulo, 1998.
- PERUZZOTI, Enrique. *A política de accountability social na América Latina*. Tradução Daniela Mateus de Vasconcelos.
- PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- _____ e VAZ, Alexandre. *Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- REIS, Elisa. “*Cidadania: história, teoria e utopia*”. [texto transcrito da palestra proferida em seminário internacional justiça e cidadania]. Rio de Janeiro, 1997.
- REVISTA, *Mobilização social por um Brasil Melhor* – publicação produzida pela Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, 2012.
- SOUZA, Clóvis Henrique L. “*A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010*”. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- SWARREN, Ilse. *Das ações coletivas às redes de movimentos sociais. Controle social e democracia*. [texto do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, p. 9-35]. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- SWARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais na América latina - caminhos para uma política emancipatória?* CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Revista ODM Brasil*. 3 ed. Brasil, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Revista ODM Brasil*. 4. ed. Brasil, 2012

BRASIL. *Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Democracia Participativa Nova Relação do Estado com a Sociedade*. 2. ed. Brasil, dez.2011.

BRASIL. *AÇÕES REALIZADAS – Projeto Nós Podemos Brasil*. Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/ Nós Podemos Paraná-Curitiba (s.n.) 2012. p. 32. Disponível em: <www.nospodemos.org.br>. Acesso em: 26 de jul. 2012

BRASIL. *Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – governo federal e municípios*. Disponível em: <www.portalfederativo.gov.br>. Acesso em: 19 de jul. 2012.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. *Nações Unidas Declaração do Milênio*. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>.

BRASIL. *Presidência da República. Secretaria Geral da Presidência da República. ODM Brasil: Diretrizes de Funcionamento do Movimento Nacional Pela Cidadania e Solidariedade*. Disponível em: <http://www.nospodemos.org.br/upload/tiny_mce/DIRETRIZES_MNCS.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2012.

VIDEO AULA, “As Concepções de Democracia e sua influência na constituição do Estado”.